

# 2020

## **POR UMA BELÉM DE CARA NOVA – THIAGO ARAÚJO**



Thiago Araújo

Candidato a Prefeito de Belém do Pará

16/09/2020

# POR UMA BELÉM DE CARA NOVA

## INTRODUÇÃO

O **Município de Belém/PA** necessita de um **ousado plano de desenvolvimento** que, ao ser efetivamente implementado pela gestão pública municipal, em parceria com outras esferas de governo, como a sociedade e a iniciativa privada, reinsira-o em uma **dinâmica sustentável e sustentada de crescimento econômico**, com **geração de emprego e renda**, além de potencializar **seus indicadores econômicos, sociais e ambientais**, propiciando o pleno gozo da **liberdade** e da **felicidade** pelos seus habitantes.

A crise sanitária, resultante da pandemia da Covid-19, impactou fortemente os principais centros urbanos do país e revelou a gravidade da situação por meio da desigualdade social e econômica vivenciada em todo o território brasileiro. Na município de Belém esses entraves reais tornaram-se pulsantes, à medida que parte significativa de sua população se submeteu ao refúgio de moradias sem condições habitacionais e sanitárias adequadas.

Nesse sentido, torna-se imprescindível, no âmbito das eleições municipais de 2020, discutir **iniciativas ousadas**, porém **realistas** e **factíveis**, capazes de favorecer a **sustentabilidade urbana** (econômica, social, ambiental, política e cultural), transformando Belém num **território mais saudável, inclusivo, seguro, resiliente** e fomentador de **oportunidades**. Logo, manifestamos adesão aos objetivos da *Agenda 2030* e da *Nova Agenda Urbana das Nações Unidas*, bem como ao Programa Cidades Sustentáveis, à *Carta Aberta à Sociedade e aos(as) Candidatos(as) nas Eleições Municipais de 2020 – Um Projeto de Cidades Pós-Pandemia* das instituições de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, à Declaração de Governo Aberto e ao Pacto de Prefeitos pelo Clima e Energia.<sup>1</sup>

Belém precisa se consolidar como uma **referência na implantação dos ODS**. O compromisso com esses objetivos, alinhado com uma **gestão planejada e compromissada** com as agendas urbanas de **desenvolvimento sustentável**, pode viabilizar o acesso à captação de recursos privados e de organismos nacionais e internacionais.

### Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

São estes os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável inseridos na agenda 2030:

- Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhorar a nutrição;
- Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos;

<sup>1</sup> Para maior conhecimento, acesse:

Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtGbh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXIrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY>

Programa Cidades Sustentáveis: <https://www.cidadesustentaveis.org.br/inicial/home>

Carta Aberta à Sociedade e aos(as) Candidatos(as) nas Eleições Municipais de 2020 – Um Projeto de Cidades Pós-Pandemia: <https://www.cauabr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Carta-aberta31082020.pdf>

Declaração de Governo Aberto: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf>

Pacto de Prefeitos pelo Clima e Energia: <http://pactodealcaldes-la.eu/pt-br/>

- Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade;
- Alcançar a igualdade de gênero e tutelar todas as mulheres e meninas;
- Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água;
- Garantir acesso à energia barata, confiável e sustentável;
- Promover o crescimento econômico sustentável;
- Construir infraestrutura resiliente e promover a industrialização inclusiva;
- Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;
- Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e resilientes;
- Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis;
- Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima;
- Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos;
- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável das florestas;
- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parcela global.

Mais do que nunca é fundamental debater a **governança territorial**, considerando a participação dos diversos segmentos da sociedade e o contexto federativo vigente, com delegação e compartilhamento de atribuições e responsabilidades entre os entes, em especial os municípios, em consonância ao marco regulatório urbano, como a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, o Estatuto da Metrópole e a Lei de Consórcios Públicos. Isso também implica, no caso de Belém, definir as funções públicas de interesse comum a serem compartilhadas com os outros municípios da região metropolitana e estabelecer mecanismos para o **planejamento**, a **gestão** e a execução de **ações de interesse comum**, a exemplo do transporte público, da mobilidade, da educação, do saneamento básico, da destinação de resíduos sólidos e saúde.

A gestão pública urbana moderna impõe o **debate sobre o papel do governo local**, atrelado ao **desafio de implantar gestões criativas, inovadoras, inteligentes, empreendedoras, colaborativas, resilientes e inclusivas**, em um ambiente de **governança pública com participação social e transparência** das ações, estimulando o próprio exercício do **controle social**.

É responsabilidade dos futuros novos gestores o **exercício criativo de romper com paradigmas consagrados** e a ousadia de propor **soluções disruptivas** em modelos de gestão vigentes, respeitando, sempre, a **transparência das ações** e da **prestação de contas**, além do entendimento da real **capacidade de implementação** das ações **acordadas e pactuadas** ao longo do **debate público**. Contudo, como pressuposto, é essencial compreender que as políticas urbanas são necessariamente transversais e, por isso, precisam focar na inclusão, a fim de integrar. Além disso, devem ser pensadas **ações de Estado**, e não somente de governo, com a finalidade de romper com medidas populistas e imediatistas de caráter meramente eleitoreiro e midiático. Para tanto, torna-se necessária a convergência entre múltiplos instrumentos de planejamento e gestão, compreendendo claramente a **visão de futuro esperada da cidade** e a compatibilização entre medidas de curto, médio e longo prazos.

A moderna forma de fazer gestão pública, ao mesmo tempo em que exige um adequado processo de planejamento e resolutividade, com o **enfrentamento de problemas, antecipação de agendas, reformulação de processos** e construção de “**projeções coletivas**” alicerçadas em uma concepção **possível de futuro**, para ser exequível e bem sucedida, necessita de uma **dinâmica humana e social** capaz de aflorar o sentimento de pertencimento à determinada cultura e território. Mais do que isso, precisa redimensionar os **cidadãos** no centro das políticas, dos programas e dos projetos urbanos, priorizando o bem-estar da coletividade.

É com esse entendimento que se apresenta uma proposta de **agenda pública** para ser debatida com a população de Belém, na esperança de que, ao longo do período eleitoral de 2020, o município se transforme num amplo **centro de debates**, onde os nossos problemas e desafios sejam

discutidos de forma coletiva, com pleno exercício da cidadania, visando ao **fortalecimento das instituições e da própria democracia**.

A projeção coletiva urbana que queremos, uma **Belém de cara nova**, pode ser considerada como a descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada no **desenvolvimento econômico inclusivo, na justiça social**, com redução das vulnerabilidades, numa dinâmica social **ambientalmente sustentável** e no fortalecimento das **instituições democráticas**.

Com a finalidade de tornar **Belém do Pará** um **paradigma de desenvolvimento sustentável nos trópicos**, um modelo singular de **desenvolvimento urbano**, através do estabelecimento de diretrizes e ações, este documento está dividido da seguinte maneira:

**Parte I – A Belém de hoje: aspectos gerais, macro desafios e a cidade que queremos – uma cidade de cara nova!**

**Parte II – Diretrizes para o desenvolvimento econômico**

**Parte III – Diretrizes para o desenvolvimento social**

Finalmente, destaca-se que, apesar das diretrizes serem apresentadas separadamente, trata-se de uma lógica sistêmica de retroalimentação, com efeitos e impactos, entre as diversas políticas setoriais.

# PARTE I

## A BELÉM DE HOJE: ASPECTOS GERAIS, MACRO DESAFIOS E A CIDADE QUE QUEREMOS – UMA CIDADE DE CARA NOVA!

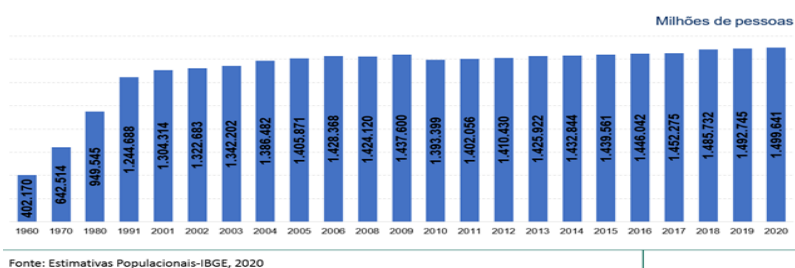
### 1. BELÉM: ASPECTO GERAIS

Fundada em 1616, devido ao seu caráter geográfico estratégico, Belém consolidou-se como importante entreposto portuário, comercial e prestador de serviços regional, transformando-se no principal polo econômico da Amazônia.

Durante o Ciclo da Borracha (1879-1912) viveu o seu auge econômico, sendo conhecida então como a *Paris n'América*, em decorrência do grande desenvolvimento urbano impulsionado pela prosperidade desse ciclo. Muitos dos principais equipamentos urbanos e imóveis históricos do município foram construídos nesse período. Contudo, com a derrocada do Ciclo da Borracha, a cidade entrou em decadência econômica e urbanística, não tendo recuperado a dinâmica vivenciada naquele momento.

Hoje, mais de cem anos depois, e com mais de 400 anos de história, Belém, além de ser a capital do estado do Pará, é o segundo município mais populoso da Região Amazônica e o 10º do Brasil. Com uma população estimada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), para o ano de 2020 de 1.499.641 habitantes, possui elevada densidade demográfica de 1.315,26 hab/km², sendo a 80ª do país. Considerando que o território da cidade é composto por uma porção continental e outra porção insular (39 ilhas) e que a esmagadora maioria da população vive nos 17.378,63 da parte continental (34,36%), evidentemente temos densidade populacional muito maior nesta parte da cidade.

**Gráfico 1 – Série histórica do crescimento populacional do município de Belém no período de 1960/2020.**



Quanto à população segundo a faixa etária, 48% têm até 30 anos, 32% são crianças/adolescentes e apenas 10% da população são idosos. Conforme o IBGE, tendo como base dados referentes ao ano de 2018, portanto, antes da Pandemia da Covid-19, o número absoluto de **pessoas que ocupavam o mercado de trabalho** era de 438.512 (**29,5% da população**), tendo como **salário médio 3,7 salários mínimos (SM)**.

A ausência de maior dinamismo econômico, no último século, aliada às características de sua demografia e, ainda, ao fluxo migratório para o município, transformaram Belém em uma cidade com visíveis paradoxos sociais. Ao mesmo tempo que possui uma classe média considerável, formada em sua maioria por servidores públicos (municipais, estaduais e federais), pequenos e médios empresários e profissionais liberais, possui parte significativa da população em situação preocupante de vulnerabilidade social.

Um dado importante revela que **39%** da população de Belém (mais de um terço) **reside em domicílios precários com rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa**. Isso

posiciona o município, nesse quesito, na posição 2.870, dentre os 5.570 municípios brasileiros. A dificuldade de alavancagem social, por meio de sua dinâmica econômica, também se reflete no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IDHM/PNUD), uma vez que Belém ocupa a 22ª posição dentre as capitais brasileiras e a 3ª na Região Norte (0,746 - IDHM/2010).

A situação de vulnerabilidade social do município pode ser demonstrada também pelo número de famílias inscritas no CadÚnico<sup>2</sup> ou beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF). Dados do Relatório de Programas e Ações do Ministério de Desenvolvimento Social apresenta o total de **118.199 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)** em agosto/2020, equivalente a **21,99% das famílias do município**, com o valor médio mensal do benefício em agosto/2020 de R\$158,70, sendo que o valor repassado apenas no mês agosto/2020 foi de R\$ 18.762.339,00. O valor anual repassado acumulado até agosto/2020 foi de R\$ 146.748.718,00 e o valor anual repassado em 2019 de R\$ 224.810.363,00.

Segundo os dados do Relatório de Programas e Ações do Ministério de Desenvolvimento Social em julho de 2020 o total de **beneficiários de prestação continuada** pela fonte pagadora foi de **54.767**.

|        | Beneficiários | Repassado em Julho/2020 | Repassado em 2020* | Repassado em 2019  |
|--------|---------------|-------------------------|--------------------|--------------------|
| PCD    | 24.772        | R\$ 25.898.243,75       | R\$ 181.814.300,17 | R\$ 303.081.251,76 |
| Idosos | 29.995        | R\$ 31.370.908,61       | R\$ 218.754.037,65 | R\$ 345.660.582,19 |
| Total  | 54.767        | R\$ 57.269.152,36       | R\$ 400.568.337,82 | R\$ 648.741.833,95 |

\* Referente aos meses de jan/2020, fev/2020, mar/2020, abr/2020, mai/2020, jun/2020 e jul/2020.

### PROGRAMA RENDA BELÉM

Os desafios sociais em Belém são vastos. Esta situação de **vulnerabilidade social** precisa ser enfrentada com **sensibilidade, ousadia, seriedade e eficiência**. Assim, propomos a criação do **Programa Renda Belém** cujo objetivo é garantir a essas famílias o acesso aos direitos fundamentais, como educação e alimentação.

Neste sentido, a Prefeitura de Belém irá disponibilizar por meio do **Fundo Ver-O-Sol**, já no ano de **2021**, o montante de **R\$ 1,3 milhões**, perfazendo um benefício mensal de R\$ 300 reais para pessoas que se inscrevam no programa, de forma **temporária e condicionado a participação nas ações de inserção no mercado de trabalho ou de estímulos ao empreendedorismo**. Os requisitos para aderir ao programa são: estar em situação de vulnerabilidade social; estar cadastrado no CadÚnico; participar dos programas de inclusão social que serão ofertados pelo município nas áreas de formação profissional, empreendedorismo, educação financeira, estímulo à agricultura familiar e entre outros.

Ao final do processo de formação, pretende-se estimular a **inserção sustentada dos beneficiários no mercado de trabalho ou na economia**, estimulando, neste caso, o desenvolvimento de competências necessárias à formalização (MEI) e captação de recursos de fomento através de um fundo municipal de estímulo econômico. O programa de renda mínima possui o objetivo de fornecer um **benefício temporário** capaz de oferecer condições e estímulo para que os cidadãos de Belém, em situação de vulnerabilidade social, possam lograr **mobilidade, inclusão e justiça social**.

Convém destacar que o Programa Renda Belém não é um simples programa de renda mínima, mas um **programa de desenvolvimento social**, o qual estimula o ingresso de pessoas em situação de vulnerabilidade social no **mercado de trabalho** ou na **economia formal**, possuindo um **caráter temporário** que rompe com o tradicional assistencialismo.

<sup>2</sup> O CadÚnico é um cadastro que engloba famílias de baixa renda que ganham até meio salário mínimo (SM) por pessoa ou que ganham até 3 SM de renda mensal total. Em 2018, 212.744 famílias estavam inscritas no CadÚnico em Belém.

De acordo com dados do Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania a maioria da **população reside na área urbana (99%)**. Segundo os dados do IBGE (2010), a **taxa de escolarização** de 6 a 14 anos de idade é de **96,1%**, conforme o Tabela 1.

**TABELA 1 – INFORMAÇÕES EDUCAÇÃO**

|                                                                  |                    |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]             | 96,1 %             |
| IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017] | 4,8                |
| IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]   | 3,5                |
| Matrículas no ensino fundamental [2018]                          | 176.320 matrículas |
| Matrículas no ensino médio [2018]                                | 62.366 matrículas  |
| Docentes no ensino fundamental [2018]                            | 7.603 docentes     |
| Docentes no ensino médio [2018]                                  | 3.609 docentes     |
| Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]          | 544 escolas        |
| Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]                | 171 escolas        |

Fonte: IBGE

A religião predominante no município de Belém é a Católica Apostólica Romana com 883.109 adeptos, seguida da evangélica com 397.759 e da doutrina Espírita com 21.306, conforme os dados do IBGE.

Observando-se, especificamente, os dados econômicos, conforme estimativas do IBGE para 2016, o **Produto Interno Bruto (PIB)** de Belém totaliza **R\$ 29,4 bilhões**, sendo o maior PIB municipal do estado do Pará, com participação de **21,31% no PIB paraense** (R\$ 138 bilhões), e corresponde ao 24º do Brasil. Contudo, ao se dividir o volume de bens e serviços anualmente produzidos pelo tamanho de sua população (*PIB per capita*), o desempenho de Belém diminui consideravelmente. Para esse mesmo ano, 2016, o **PIB per capita** foi de **R\$ 20.350,00**, ocupando o 20º lugar dentre os municípios paraenses e a posição 2.281 no Brasil.

Em termos microrregionais, conforme regionalização utilizada pelo estado do Pará para fins de planejamento (Regiões de Integração), Belém representa **74,87% do PIB da Região de Integração Guajará**. Em termos setoriais, é possível elencar a participação na formação do valor adicionado da seguinte forma:

- **Indústria:** R\$ 3,7 bilhões (14,88% do valor adicionado municipal e 11,78% do valor adicionado industrial do estado);
- **Serviços:** R\$ 16,6 bilhões (66,68% do valor adicionado municipal e 27,83% do valor adicionado do setor no estado);
- **Agropecuária:** R\$ 61 milhões (0,24% do valor adicionado municipal e 0,36% do valor adicionado do setor agropecuário no Pará);
- **Administração Pública:** R\$ 4,5 bilhões (18,19% do valor adicionado municipal e 16,12% do valor adicionado da administração pública no estado).

## 2. O CENÁRIO ATUAL: OS MACROS DESAFIOS

Diante do contexto atual, impõe-se à futura gestão de Belém o enfrentamento de três importantes **macros desafios**: o **desafio conjuntural**, o **desafio estrutural** e o **desafio federativo**.

### 2.1 O desafio conjuntural: uma resposta à crise econômica e ao desemprego

A próxima gestão de Belém precisará implementar políticas públicas estratégicas para **reativação da economia**, **geração de emprego** e **renda e superação da crise**.

O Brasil vive um momento econômico e social extremamente delicado. A Pandemia da Covid-19 além de ter ceifado mais de 130 mil vidas, até o início das eleições de 2020, evidenciou uma grave crise econômica que se manifesta em mais de 13 milhões de desempregados no país, com tendência de queda do PIB nacional acima de 5% no ano. Esse cenário macroeconômico, extremamente delicado, requalifica o debate sobre o papel de cada escala federativa no enfrentamento à pandemia e as suas consequências na economia, no mercado de trabalho e na qualidade de vida de seus habitantes.

A crise (sanitária e econômica), apesar de ser de âmbito macroeconômico e de escala mundial, tem reflexo nas grandes metrópoles brasileiras, como Belém, sobretudo por seu impacto nas atividades ligadas ao setor de comércio, serviços, indústria e turismo. Ao mesmo tempo que a queda da atividade econômica resultou no aumento do desemprego e da informalidade, impactou, também, fortemente, as finanças públicas municipais.

Dados do DIEESE/PA, com base em informações oficiais do Ministério da Economia, e segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ajudam a compreender os impactos da crise econômica em Belém.

O efeito acumulado ao longo de 2020, ao menos nos primeiros sete meses do ano (Jan-Jul/2020), demonstrou a **perda de 1.448 postos formais de trabalhos**, sendo que a maior parte das demissões ocorreu em março, abril e maio – meses de maior impacto da pandemia no Município de Belém, com a adoção de estratégias de isolamento social – com saldo negativo no mercado de trabalho de 6.354 postos.

Convém destacar que o saldo negativo foi amenizado, conforme Tabela 1, pelo desempenho positivo nos meses de janeiro e fevereiro, anteriores à crise, e em junho e julho, o que demonstra um claro sinal de **recuperação da atividade econômica** para o segundo semestre. De acordo com os dados disponíveis para o mês de julho, no comparativo entre admitidos e desligados de empregos formais, Belém apresentou um saldo de 1.260 postos de trabalhos, bem superior ao mês de junho, que registrou 185. Há, portanto, fortes indícios de inflexão da série.

**Tabela 1 – Belém: saldos mensais de postos de trabalhos formais, 2020 (jan-jul)**

| Mês/Ano                    | Admitidos | Desligados | Saldo  |
|----------------------------|-----------|------------|--------|
| Janeiro/2020               | 7.994     | 6.890      | 1.104  |
| Fevereiro/2020             | 8.587     | 6.230      | 2.357  |
| Março/2020                 | 7.601     | 7.980      | -379   |
| Abril/2020                 | 3.850     | 8.473      | -4.623 |
| Maio/2020                  | 4.322     | 5.674      | -1.352 |
| Junho/2020                 | 5.319     | 5.134      | 185    |
| Julho/2020                 | 5.889     | 4.629      | 1.260  |
| Total Geral (Jan-Jul/2020) | 43.562    | 45.010     | -1.448 |

Fonte: Ministério da Economia/CAGED

Elaboração: DIEESE/PA

Uma análise mais detalhada dos dados demonstra que os setores que mais desempregaram nesse período foram o Comércio, com diminuição de 2.395 postos de trabalhos, seguido do setor Serviços, com perda de 1.531 postos de trabalhos, situação condizente com as características da economia municipal. Por outro lado, a Construção Civil apresentou saldo positivo de 1.945 postos de trabalhos, assim como a Indústria e a Agropecuária, com saldos de 327 e 206, respectivamente, conforme Tabela 2.

**Tabela 2 – Belém: flutuação do emprego/desemprego formal por setores de atividades econômicas, 2020 (jan-jul)**

| Setor Econômico    | Admitidos | Desligados | Saldos |
|--------------------|-----------|------------|--------|
| Agropecuária       | 491       | 285        | 206    |
| Comércio           | 9.666     | 12.061     | -2.395 |
| Construção         | 7.169     | 5.224      | 1.945  |
| Indústria em Geral | 2.722     | 2.395      | 327    |
| Serviços           | 23.514    | 25.045     | -1.531 |
| Total (capital)    | 43.562    | 45.010     | -1.448 |

Fonte: Ministério da Economia/CAGED

Elaboração: DIEESE/PA

Ao se observar, especificamente, o mês de julho, último mês com dados disponíveis no momento de elaboração deste documento, todos os setores apresentaram saldo positivo na geração de empregos formais: a Construção Civil obteve saldo positivo de 615 postos de trabalhos, em seguida o Comércio com 362 postos, já o setor Serviços apresentou saldo de 195 postos e a Indústria em Geral 75 postos, conforme Tabela 3.

**Tabela 3 – Belém: flutuação do emprego/desemprego formal por setores de atividades econômicas, julho/2020**

| Setores Econômicos | Admitidos | Desligados | Saldos |
|--------------------|-----------|------------|--------|
| Agropecuária       | 61        | 48         | 13     |
| Comércio           | 1.674     | 1.312      | 362    |
| Construção         | 1.109     | 494        | 615    |
| Indústria em Geral | 339       | 264        | 75     |
| Serviços           | 2.706     | 2.511      | 195    |
| Total (capital)    | 5.889     | 4.629      | 1.260  |

Fonte: Ministério da Economia/CAGED

Elaboração: DIEESE/PA

Contudo, em que pese haver uma clara recuperação da atividade econômica municipal, parte importante desse processo de retomada do crescimento depende do protagonismo dos estados e municípios. Dessa forma, cresce a importância do debate concernente a **medidas de estímulo à economia, geração de emprego e renda, fortalecimento e adensamento da economia local, diversificação da base econômica, agregação de valor e verticalização da produção** e aproveitamento de “janelas de oportunidades” por meio de **ativos econômicos, culturais e**

sociais locais, o que inclui a adoção de estratégias como a **economia criativa** e o **empreendedorismo**, enquanto **eixos motrizes para o desenvolvimento de Belém**.

## 2.2 O desafio estrutural: uma visão de futuro que rompa com sua trajetória histórica tradicional

O desafio que se impõe à futura gestão municipal de Belém de implementar políticas públicas estratégicas para **reativação da economia, geração de emprego e renda e superação da crise** não deve, de maneira alguma, retirar do horizonte a necessidade de **enfrentamento do problema estrutural da economia local**.

É importante ressaltar que, nas últimas décadas, Belém tem apresentado baixo dinamismo econômico com reflexos na diminuição de seu protagonismo na economia estadual e regional. Além disso, a perda de sua participação econômica no âmbito estadual decorre, também, da forte dinâmica vivenciada em alguns municípios paraenses, resultante da implantação de projetos de infraestrutura e logística, mineração e geração de energia elétrica.

Ao lado disso, é possível, em caráter ilustrativo, afirmar que, decorridos mais de um século, **Belém não conseguiu se recuperar do ocaso decorrente do Ciclo da Borracha (1912)** e a cidade, que era notícia mundial pelo seu dinamismo econômico ou mesmo por estar na vanguarda de serviços públicos (como iluminação elétrica, pavimentação e transporte público, dentre outros), passou a vivenciar um processo de definhamento com degradação urbanística, ambiental, social e econômica.

A capital do estado do Pará tornou-se uma cidade de **passado glorioso**, mas com um **presente que a cada dia perde um pouco mais de sua história**, oferecendo um futuro incerto. Ao longo do último século, a cidade sofreu pelo fim de um ciclo econômico, mas sofreu, principalmente, pela ausência de uma **estratégia de requalificação econômica e urbanística**, capaz de reposicioná-la em uma **nova trajetória** (sustentada e sustentável) de desenvolvimento.

Belém tornou-se refém de um processo crônico de aculturação de suas elites (políticas, intelectuais e econômicas). Com raras e honrosas exceções, a cidade não conseguiu lograr o ambiente necessário, por meio de uma **ampla concertação pública**, para a consolidação de um **projeto inclusivo e criativo** para a cidade, aproveitando as **potencialidades locais, singularidades** e “**janelas de oportunidades**” abertas através de uma revolução tecnológica que ativou um conjunto vasto de possibilidades.

Com raras exceções e respiros esporádicos, Belém carece de um **processo adensado de planejamento urbano** capaz de formatar uma **agenda de longo prazo para a cidade**, tendo na **ampliação e diversificação de sua economia** uma importante diretriz estratégica para o enfrentamento da problemática social e ambiental. Destaca-se a necessidade de **atualização do Plano Diretor Municipal**, como forma de incorporar, em seu bojo, uma agenda de ruptura com esse quadro histórico e reforçar o desafio que se impõem aos cidadãos de Belém, à Câmara de Vereadores e à próxima gestão municipal. Plano esse que deve ampliar o debate com a sociedade civil, de modo a contemplar e incorporar, no zoneamento e nas demais propostas de ações, as diferentes potencialidades e necessidades dos bairros e dos espaços diferenciados que os compõem, estimulando a **formação de novas centralidades econômicas**, e, portanto, promovendo **novas oportunidades de emprego e renda mais próximas dos locais de moradia**.

A forte raiz histórica de Belém assentada no setor de comércio e serviços, herança da sua lógica de desenvolvimento urbano e de conformação de sua hinterlândia, que se somou muito recentemente a uma onda de investimentos imobiliários, consolidou-se, mesmo com todas as dificuldades interpostas, como **polo regional prestador de serviços e polo turístico** (histórico, religioso e gastronômico), ainda que não plenamente explorado em suas potencialidades.

Até mesmo a sua incipiente indústria, que durante muito tempo abasteceu o mercado regional, foi gradualmente desmobilizada com o processo de crescente integração com o mercado nacional e internacional – ao lado da ausência de uma estratégia pública efetiva, criativa e

inovadora de desenvolvimento que fortalecesse não só as indústrias existentes no município, como também atraísse novos investimentos.

Nesse sentido, a crise econômica atual apenas explicitou as fragilidades do sistema econômico local. Portanto, torna-se importante combater os impactos conjunturais da atual crise, como prioridade de gestão, além de enfrentar os desafios estruturais que se constituem há muitas décadas.

Os cenários históricos, seja de curto ou longo prazo, impõem à sociedade belenense uma **ruptura de sua trajetória atual**, e isso só será possível com a construção de um **pacto social** e a **renovação na forma de fazer gestão pública**, que estimule e fomenta uma **revolução local pelo conhecimento**, por isso a importância da **educação**, da **cultura** e da **formação de uma nova geração de líderes sociais empreendedores, criativos e colaborativos** e da **revolução econômica** derivada da **ampliação e diversificação de sua produção**, como forma de dotar o município de um **novo ciclo sustentado e sustentável de investimentos** que gerem efeito social multiplicador e que resulte na inserção de Belém, em um patamar mais elevado, em relação a **qualidade de vida, inclusão social e cidadania**.

Faz-se necessário projetar uma **visão de futuro** para o município que incorpore não somente o setor público e, mais ainda, que seja construída por meio de **ampla projeção social**, com o intuito de consolidar uma **cidade criativa, empreendedora, colaborativa e inteligente**, capaz de assegurar um **adequado ambiente de negócios** e estratégias adequadas para que a **economia floresça em bases sustentáveis**.

### 2.3 O desafio federativo: rompimento com a desigualdade federativa

Há um ponto de partida para o debate proposto: a **ruptura com a forma tradicional de se fazer o processo de planejamento e da gestão de políticas públicas**, incorporando aspectos relacionados à capacidade de governo, à governabilidade e à governança pública, incluindo o **exercício da transparência** e do **controle social**, bem como a reflexão sobre o papel do Estado no contexto contemporâneo e os **problemas federativos** que precisam ser enfrentados e superados.

A Prefeitura, como aparato estatal de gestão municipal, precisa enfrentar o desafio da **modernização e reestruturação administrativa**. Ao mesmo tempo, é necessário um esforço para **ampliação da arrecadação, sem elevação de carga tributária**, e de **diminuição do custeio** da máquina pública, como forma de **expandir o percentual e o volume dos investimentos e serviços públicos efetivamente prestados à população**.

Em síntese, impõe-se, como agenda fundamental, a mudança de espectro e a inversão de valores. O Estado, no caso a gestão pública municipal, precisa rever sua estrutura burocrática pesada, custosa, lenta e ineficiente, além de servir à sociedade com ações eficientes, eficazes e efetivas, alterando procedimentos, qualificando pessoal técnico e incorporando novas tecnologias.

#### PLANO DE REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

O cenário fiscal de Belém é delicado e requer uma atitude responsável e ousada da gestão que se iniciará em 2021. Belém sofre com um processo de estrangulamento fiscal que ano após ano comprime a capacidade de promoção de políticas públicas, reduzindo o volume de investimentos disponíveis. Isso significa menos recursos para as atividades finalísticas (saúde, educação, saneamento, mobilidade, dentre outras), diminuindo a geração de valor público, o que o cidadão verdadeiramente espera de uma Prefeitura.

Apesar de todo cenário desfavorável imposto pelo federalismo fiscal brasileiro, aliado as características de sua economia, com elevada informalidade, baixo dinamismo econômico e baixo nível de renda média, Belém ainda apresenta um saudável equilíbrio de suas contas públicas.

Porém, o sinal de alerta está aceso. Se medidas urgentes não forem adotadas o cenário tendencial futuro, com diminuição, ano após ano, das receitas transferidas é de colapso fiscal da

gestão. Desta forma, é imperativo que a próxima gestão de Belém adote como medidas estratégicas, dentro de um Plano de Reestruturação Administrativa:

1. **Plano de Contingência Emergencial:** iniciando com uma meta factível de já no primeiro ano diminuir 15% dos gastos com custeio da máquina pública. Parte desta estratégia decorrerá de uma reestruturação administrativa, da desburocratização da gestão com implantação de sistemas tecnológicos eficientes que acelerem fluxos administrativos e tomadas de decisões, além da adoção parcial de trabalho remoto nos setores que forem avaliados como possíveis, em especial em áreas administrativas;

2. **Reestruturação Administrativa Responsável:** com a revisão da estrutura do Estado, eliminando sobreamentos de gestão, atualizando organogramas dos órgãos da administração direta e indireta, atualizando competências, aprimorando fluxos, sempre com o foco no cidadão. Ou seja, todo o processo deverá se balizar no corte de custeio sem prejuízo da prestação de serviços aos cidadãos. Pelo contrário, com a redução dos gastos com custeio, a Prefeitura terá mais recursos para ações finalísticas e investimentos;

3. **Plano de Gerenciamento de Projetos:** por meio da implementação de estratégias, sistemas e cultura de gerenciamento de projetos na Prefeitura, determinando ações, prazos e responsabilidades. Isto dará maior celeridade aos atos de gestão e diminuirá o tempo de resposta da Prefeitura às demandas dos cidadãos;

4. **Implantação do Núcleo Estratégico de Captação de Recursos:** ampliando o processo de captação de recursos em outras instâncias de governo, Estado e União, empresas privadas e instituições de fomento, nacionais e internacionais;

5. **Fortalecimento de Parcerias Público-Privadas:** permitindo com isso a adoção de ações conjuntas, o estabelecimento de concessões, estimulando investimentos privados em áreas que são importantes para a cidade e seus cidadãos, mas que o município não possui recursos disponíveis.

Ao mesmo tempo, a gestão pública municipal precisa **sair da endogenia municipalista** para **qualificar e enfrentar pautas federativas** que condenam Belém ao subdesenvolvimento e à baixa capacidade de desenvolvimento social e promoção de políticas públicas. Para isso, é necessária a geração de dados, informações e estudos para que, em conjunto com as lideranças políticas estratégicas, sejam aproveitadas as janelas de oportunidades, como a Reforma Tributária prestes a ser pautada pelo Congresso Nacional, fornecendo subsídios aos congressistas, deputados federais e senadores, referentes aos projetos de lei de interesse dos cidadãos do Município de Belém.

Alguns dados ajudam a demonstrar a **necessidade de equacionamento fiscal**, uma vez que o arranjo federativo vigente sacrifica a população de Belém, condenando-a, por mais que se faça um amplo esforço em termos de eficiência da gestão pública, a ter um volume de serviços públicos inferiores a outros municípios brasileiros.

De acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do IBGE, ao longo dos últimos anos, Belém tem apresentado **diminuição gradual das suas receitas totais**. Em 2014 a receita total do município foi de cerca de R\$ 3 bilhões, mas em 2017 e 2018 reduziu para R\$ 2,7 e R\$ 2,8 bilhões, respectivamente (valores nominais).

Ainda em 2018, Belém estava no 10º lugar no *ranking* populacional brasileiro, mas na classificação relativa à receita municipal total ficou em 16º lugar, atrás de cidades como São Bernardo do Campo (receita total de R\$ 4 bilhões e população de 833 mil habitantes); Niterói (receita total de R\$ 3,2 bilhões e população de 511 mil habitantes); e Campo Grande (receita total de R\$ 3,2 bilhões e população de 885 mil habitantes).

Ainda a título de comparação, outras cidades com população próxima da de Belém tiveram, neste mesmo ano, a seguinte receita total: Porto Alegre, R\$ 6 bilhões (população de 1,4 milhão de habitantes); Goiânia, R\$ 4,3 bilhões (população de 1,4 milhão de habitantes); Recife, R\$ 4,6 bilhões (população de 1,6 milhão de habitantes); e Guarulhos, R\$ 4,1 bilhões (população de 1,3 milhão de habitantes).

A análise mais detalhada da receita *per capita*, quando se divide a receita total pela população, evidencia as injustiças federativas. No ano de 2018, enquanto Belém logrou **receita per capita de R\$ 1.905,63 hab/ano**, outras cidades obtiveram receitas bem mais elevadas, estando no topo da lista os municípios de Presidente Kennedy, no Espírito Santo, com R\$ 36.986,46 hab/ano, e Ilhabela, em São Paulo, com R\$ 27.852,05 hab/ano. Os municípios paraenses mais bem ranqueados neste quesito são Canaã dos Carajás, em 39º lugar com R\$ 9.814,98 hab/ano e Jacareacanga, em 65º lugar, com R\$ 8.830,27 hab/ano.

Em termos de **Receita Corrente e Receita Corrente per capita**, em 2018, quatro das principais cidades paraenses se encontram na seguinte situação: **Belém - R\$ 2,689 bilhões e R\$ 1.810,43**, respectivamente; Ananindeua - R\$ 641 milhões e R\$ 1.220,73; Santarém - R\$ 601 milhões e R\$ 1.986,93; e Marabá - R\$ 823 milhões e R\$ 2.993,50.

O desequilíbrio federativo fica mais evidente quando se compara aleatoriamente a Receita Corrente e a Receita Corrente *per capita* de Belém com as outras capitais brasileiras: no Norte, com Palmas (R\$ 1 bilhão e R\$ 3.686,40) e Boa Vista (R\$ 1 bilhão e R\$ 2.882,18); no Nordeste com Teresina (R\$ 2,6 bilhões e R\$ 3.044,17) e Recife (R\$ 4,3 bilhões e R\$ 2.681,60); no Centro Oeste com Campo Grande (R\$ 3,1 bilhões e R\$ 3.572,28) e Cuiabá (R\$ 2 bilhões e R\$ 3.316,91); no Sudeste com Vitória (R\$ 1,5 bilhões e R\$ 4.376,96), São Paulo (R\$ 50,3 bilhões e R\$ 4.136,60) e Belo Horizonte (R\$ 9,3 bilhões e R\$ 3.729,03); no Sul com Curitiba (R\$ 7,6 bilhões e R\$ 3.980,65), Porto Alegre (R\$ 5,9 bilhões e R\$ 4.013,00) e Florianópolis (R\$ 1,7 bilhão e R\$ 3.484,22).

Parte do desempenho de Belém, abaixo da média das demais capitais brasileiras em termos arrecadatórios, decorre das características de sua economia, com **baixo dinamismo e elevada informalidade**, ao lado da necessidade de **aprimoramento de seu sistema de arrecadação**. Porém, uma parte importante decorre do **federalismo fiscal brasileiro** que favorece determinados municípios e estados em detrimento de outros, convalidando e consolidando as desigualdades regionais no país.

Dois exemplos que podem ilustrar esse debate: a problemática da Lei Kandir, que desonerou da cobrança do ICMS as exportações de bens primários e semielaborados; e o sistema de cobrança do ICMS da energia nos estados consumidores. Esses dois exemplos, ao mesmo tempo em que limitam a capacidade de arrecadação dos municípios por impactar fortemente as receitas transferidas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que recebe 25% do ICMS arrecadado pelo estado, deixam no Pará o ônus de mitigação dos impactos sociais, demográficos e ambientais dos grandes projetos, sem uma adequada contrapartida financeira.

Esse modelo de federalismo fiscal não favorece apenas o aumento das desigualdades regionais, mas também promove importantes distorções na repartição de recursos do FPM, a medida que o valor adicionado municipal tem um peso importante na repartição da receita com ICMS. Assim, municípios de base econômica mineradora e com usina hidrelétrica, apesar de não contribuírem proporcionalmente para a arrecadação estadual, recebem uma fatia maior dos recursos arrecadados no estado.

É neste contexto que a cidade de **Belém sofre fortes injustiças federativas**, sendo vítima de um processo perverso de transferência federativa de recursos, uma vez que contribui fortemente para a arrecadação estadual de ICMS, mas tem parte desse recurso transferido para municípios mineradores ou impactados por usinas hidrelétricas.

Dois estudos recentes apresentam números que ajudam a entender o tamanho dessa tragédia federativa. Em 2017, a Fapespa publicou Nota Técnica *O Impacto da Lei Kandir na Arrecadação dos Estados no Período de 1997-2016* que aponta que o estado do Pará teve, nesse período, perda líquida de R\$ 35,7 bilhões, sendo o terceiro estado mais prejudicado da federação brasileira. Somente no ano de 2016, último ano da série analisada, o estado perdeu R\$ 3,4 bilhões. Belém, em função da perda estadual, foi o município que mais perdeu, deixando de receber, em 2016, o montante de R\$ 141 milhões, que poderiam ter sido investidos em várias ações e políticas públicas.

A essas perdas, soma-se o que o estado deixou de arrecadar pela energia elétrica aqui produzida e consumida em outros estados. De acordo com a Nota Técnica *Perdas e Ganhos de Arrecadação do ICMS de Energia Elétrica, Estimativa dos Estados de 1997-2016*, também elaborada pela Fapespa, o Pará perdeu nesse período o montante de R\$ 36,5 bilhões. Considerando que Belém, pela cota-parte, deveria receber cerca de 20% dos recursos destinados aos municípios pelos critérios de repartição do FPM, o município perdeu, em 2016, recursos superiores a R\$ 135 milhões.

Para um município com inúmeras demandas sociais e **receita total de R\$ 2,8 bilhões** (2018), a perda de recursos da ordem de mais de R\$ 275 milhões (2016) tem, indiscutivelmente, um impacto considerável na capacidade de promoção de políticas públicas e atendimento das demandas dos cidadãos. Somente para enfatizar essa questão, fala-se de uma perda de quase 10% do que foi arrecadado somente com a Lei Kandir e com a cobrança do ICMS nos estados consumidores. Esse cálculo não contabiliza o que o município perdeu com a repartição do FPM, conforme valor adicionado municipal, fazendo com que municípios mineradores e geradores de energia elétrica por meio de barragens, ao mesmo tempo em que são isentos da cobrança do ICMS nas suas principais atividades econômicas, acabam capturando, dado o alto valor agregado municipal, parcela considerável do FPM.

Insta destacar que o resultado dessa dinâmica é uma **cidade com baixa capacidade de investimento**, ou seja, **baixa capacidade de promoção de políticas públicas** e de resposta às **demandas sociais que são crescentes**. Fica patente, então, a necessidade de se buscar caminhos para o **equacionamento desses desníveis federativos** que prejudicam fortemente Belém, propiciando o aumento da capacidade de promoção de políticas públicas e a maior e melhor oferta de serviços públicos municipais.

### 3. O BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE DE BELÉM

#### O Barômetro da Sustentabilidade

Como medir a **sustentabilidade urbana**? Belém é uma **cidade sustentável**?

O **Barômetro de Sustentabilidade** é uma ferramenta estatística que foi desenvolvida para avaliar a sustentabilidade das sociedades, podendo ser usada desde a dimensão urbana (local) até a dimensão nacional. Assim, baseia a sua análise em dois macros indicadores que chamamos de dimensão do **Bem Estar Humano** e dimensão do **Bem Estar Ambiental**.

Reconhecido por ser um indicador de última geração para o **planejamento público**, o Barômetro fornece um excelente ponto de partida para qualquer processo de planejamento, sinalizando os indicadores que estão deficientes e apontando para **metas estratégicas da gestão** que podem ser alcançadas mediante o processo de **planejamento e gestão de políticas públicas setoriais**.

Cada dimensão está dividida em conjuntos de temas e indicadores, avaliados conforme uma **escala de desempenho** fundamentada em parâmetros estatísticos de fontes oficiais, principalmente órgãos governamentais federais e estaduais:

- A dimensão **Bem Estar Humano**: abrange os temas Saúde e População, Riqueza, Conhecimento e cultura, Comunidade e Equidade.
- A dimensão **Bem Estar Ambiental**: é constituída pelos temas Terra, Água, Ar e utilização de Recursos.

Cada um destes temas se subdivide em **conjuntos de indicadores**, calculados a partir de dados estatísticos. Estes indicadores são classificados em uma **escala de desempenho**, que os define nas seguintes categorias:

- **Insustentável:** de 0 a 20 pontos;
- **Potencialmente Insustentável:** de 21 a 40 pontos;
- **Intermediário:** de 41 a 60 pontos;
- **Potencialmente Sustentável:** de 61 a 80 pontos;
- **Sustentável:** de 81 a 100 pontos.

Assim, o objetivo do barômetro é oferecer um **quadro sintético da situação do município** em relação à sua capacidade de oferecer uma **melhor qualidade de vida aos seus habitantes**, considerando os critérios de **sustentabilidade social, econômica e ambiental**.

Em relação ao município de **Belém**, a avaliação realizada pelo Barômetro indica um quadro geral classificado como **Intermediário**, o que denota uma capacidade relativamente mediana de promoção do desenvolvimento sustentável para os seus habitantes. Ou seja, ainda bastante **aquém de uma boa qualidade de vida**, porém com **várias possibilidades (e necessidades)** de melhoria.

Uma avaliação detalhada dos temas e indicadores em cada dimensão de sustentabilidade pode nos fornecer pistas e indicações de **áreas prioritárias de investimento**, no sentido de se buscar um **maior equilíbrio no desenvolvimento municipal**.

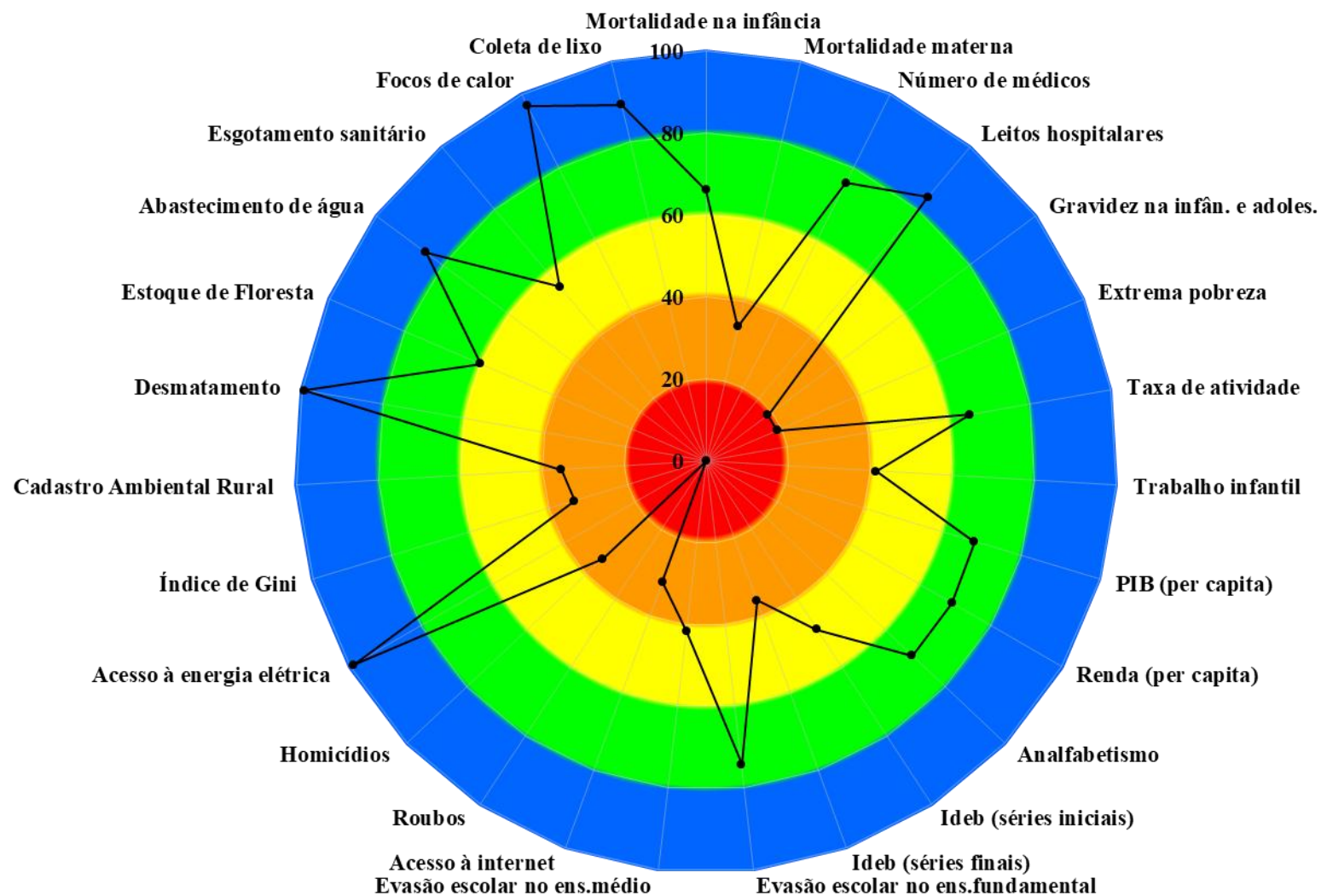


## Resultados Analíticos do Barômetro da Sustentabilidade de Belém

| TEMAS                  | Indicadores                       | Parâmetros                                                                                                                                    | Fonte                                 | Valores Reais | Escala de Desempenho dos indicadores municipais  |       |                       |        |               |        |                     |        |             |            | Conversão para a escala do BS |        |     |     |     | Médias dos temas | Média s do BEH e BEA | Nível de sustentabilidade municipal |
|------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------|--------------------------------------------------|-------|-----------------------|--------|---------------|--------|---------------------|--------|-------------|------------|-------------------------------|--------|-----|-----|-----|------------------|----------------------|-------------------------------------|
|                        |                                   |                                                                                                                                               |                                       |               | 0                                                | 20    | 21                    | 40     | 41            | 60     | 61                  | 80     | 81          | 100        |                               |        |     |     |     |                  |                      |                                     |
|                        |                                   |                                                                                                                                               |                                       |               | INSUSTENTÁVEL                                    |       | POTENC. INSUSTENTÁVEL |        | INTERMEDIÁRIO |        | POTENC. SUSTENTÁVEL |        | SUSTENTÁVEL |            |                               |        |     |     |     |                  |                      |                                     |
|                        |                                   |                                                                                                                                               |                                       |               | ESCALAS DE DESEMPENHO DOS INDICADORES MUNICIPAIS |       |                       |        |               |        |                     |        |             |            | DMA                           | DMP    | BSA | BSP | BSI |                  |                      |                                     |
| Saúde e população      | Mortalidade na infância           | Mortalidade Baixa (abaixo de 20 por mil), média (20 a 49 por mil) e alta (50 por mil ou mais) (OMS)                                           | Fonte: DATASUS 2018                   | 16,64         | 100                                              | 76    | 75                    | 50     | 49            | 20     | 19                  | 10     | 9           | 0          | 19                            | 10     | 61  | 80  | 86  | 55,66            | 47                   | Intermediário                       |
|                        | Mortalidade materna               | Mortalidade Baixa (abaixo de 20 por 100 mil), média (20 a 49 por 100 mil) alta (50 a 149 por 100 mil) e muito alta ( maior que 150 mil) (OMS) | Fonte: DATASUS 2018                   | 82,70         | 800                                              | 150   | 149                   | 50     | 49            | 20     | 19                  | 10     | 9           | 0          | 149                           | 50     | 21  | 40  | 34  |                  |                      |                                     |
|                        | Número de médicos                 | 2,7 médicos para cada 1.000 hab.(Ministério da Saúde)                                                                                         | Fonte: DATASUS 2019                   | 2,34          | 0                                                | 0,3   | 0,4                   | 0,6    | 0,7           | 1,3    | 1,4                 | 2,6    | 2,7         | 5          | 1,4                           | 2,6    | 61  | 80  | 79  |                  |                      |                                     |
|                        | Leitos hospitalares               | 2,5 e 3 leitos hospitalares para cada 1.000 habitantes (Ministério da saúde)                                                                  | Fonte: DATASUS 2019                   | 3,31          | 0                                                | 0,5   | 0,6                   | 1,9    | 2             | 2,4    | 2,5                 | 2,9    | 3           | 5          | 3                             | 5      | 81  | 100 | 84  |                  |                      |                                     |
|                        | Gravidez na infân. e adoles.      | 0% de gravidez nessa faixa etária                                                                                                             | Fonte: DATASUS 2018                   | 15,78         | 100                                              | 10,1  | 10                    | 5,1    | 5             | 3,1    | 3                   | 1      | 0,99        | 0          | 100                           | 10,1   | 0   | 20  | 19  |                  |                      |                                     |
| Riqueza                | Extrema pobreza                   | Erradicar a extrema pobreza (ODM)                                                                                                             | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2019* | 21,32         | 100                                              | 50,1  | 50                    | 20,1   | 20            | 10,1   | 10                  | 5      | 4,99        | 0          | 4,99                          | 0      | 81  | 100 | 19  | 52,60            |                      |                                     |
|                        | Taxa de atividade                 | 100% ocupados                                                                                                                                 | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010  | 65,26         | 0                                                | 20    | 21                    | 40     | 41            | 60     | 61                  | 80     | 81          | 100        | 61                            | 80     | 61  | 80  | 85  |                  |                      |                                     |
|                        | Trabalho infantil                 | 0% trabalho infantil até 2020 (OIT)                                                                                                           | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010  | 4,95          | 100                                              | 10,1  | 10                    | 5,1    | 5             | 3,1    | 3                   | 1      | 0,99        | 0          | 5                             | 3,1    | 41  | 60  | 42  |                  |                      |                                     |
|                        | PIB (per capita)                  | Considerou-se os maiores e menores PIB's per capita do Estado do Pará                                                                         | Ibge 2017                             | 20.821,46     | 0                                                | 6.793 | 6.794                 | 12.006 | 12.007        | 18.159 | 18.160              | 32.901 | 35.641      | 200.000,00 | 12.007                        | 18.159 | 41  | 60  | 68  |                  |                      |                                     |
|                        | Renda (per capita)                | Entre R\$ 624,00 a R\$1.157,00 (PNUD)                                                                                                         | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010  | 853,82        | 96                                               | 180   | 181                   | 333    | 334           | 624    | 625                 | 1.157  | 1.158       | 2000       | 625                           | 1157   | 61  | 80  | 88  |                  |                      |                                     |
| Conhecimento e Cultura | Analfabetismo                     | 0% analfabetismo (ODM)                                                                                                                        | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010  | 3,33          | 100                                              | 20,1  | 20                    | 10,1   | 10            | 5,1    | 5                   | 1      | 0,99        | 0          | 5                             | 1      | 61  | 80  | 89  | 50,17            |                      |                                     |
|                        | Ideb (séries iniciais)            | Notas de 0 a 10                                                                                                                               | Inep 2017                             | 4,80          | 0                                                | 1,9   | 2,0                   | 3,9    | 4,0           | 5,9    | 6,0                 | 7,9    | 8,0         | 10         | 2                             | 3,9    | 21  | 40  | 44  |                  |                      |                                     |
|                        | Ideb (séries finais)              | Notas de 0 a 10                                                                                                                               | Inep 2017                             | 3,50          | 0                                                | 1,9   | 2,0                   | 3,9    | 4,0           | 5,9    | 6,0                 | 7,9    | 8,0         | 10         | 2                             | 3,9    | 21  | 40  | 38  |                  |                      |                                     |
|                        | Evasão escolar no ens.fundamental | 0% abandono escolar (ODM)                                                                                                                     | Inep 2018                             | 2,20          | 100                                              | 20,1  | 20                    | 10,1   | 10            | 5,1    | 5                   | 1      | 0,99        | 0          | 5                             | 1      | 61  | 80  | 74  |                  |                      |                                     |
|                        | Evasão escolar no ens.médio       | 0% abandono escolar (ODM)                                                                                                                     | Inep 2018                             | 9,30          | 100                                              | 20,1  | 20                    | 10,1   | 10            | 5,1    | 5                   | 1      | 0,99        | 0          | 20                            | 10,1   | 21  | 40  | 42  |                  |                      |                                     |
|                        | Acesso à internet                 | 100% de cobertura (ODM)                                                                                                                       | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010  | 31,23         | 0                                                | 20    | 21                    | 40     | 41            | 60     | 61                  | 80     | 81          | 100        | 21                            | 40     | 21  | 40  | 71  |                  |                      |                                     |

| BEM ESTAR AMBIENTAL | Comunidade                      | Roubos                                                                                        | 8 roubos para cada 10 mil habitantes (cidades sustentáveis). | Fonte: SEGUP/SIAC 2019               | 401   | 400  | 33   | 32   | 25   | 24   | 17   | 16   | 9    | 8    | 0   | 400  | 33   | 0   | 20  | 9    | 44,53 | 80    |
|---------------------|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----|------|------|-----|-----|------|-------|-------|
|                     |                                 | Homicídios                                                                                    | 0% de mortes por homicídio (Programa Cidades Sustentáveis)   | Fonte: SEGUP/SIAC 2019               | 28,67 | 300  | 50,1 | 50   | 20,1 | 20   | 10,1 | 10   | 5    | 4,99 | 0   | 50   | 20,1 | 21  | 40  | 33   |       |       |
|                     |                                 | Acesso à energia elétrica                                                                     | 100% de cobertura (IBGE)                                     | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 | 99,76 | 0    | 69   | 70   | 79   | 80   | 89   | 90   | 94   | 95   | 100 | 95   | 100  | 81  | 100 | 99   |       |       |
|                     | Equidade                        | Índice de Gini                                                                                | 0 (não há desigualdade)(ODM)                                 | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 | 0,61  | 1    | 0,81 | 0,8  | 0,51 | 0,5  | 0,41 | 0,4  | 0,21 | 0,2  | 0   | 0,8  | 0,51 | 21  | 40  | 11   | 33    |       |
| Terra               | Cadastro Ambiental Rural        | Acima de 80% de seu território com imóveis rurais inseridos no CAR (MMA)                      | Sema 2020                                                    | 35,30                                | 0     | 20   | 21   | 40   | 41   | 60   | 61   | 80   | 81   | 100  | 21  | 40   | 21   | 40  | 93  | 64,8 | 80    |       |
|                     | Desmatamento                    | Desmatamento inferior a 40 km² por ano (MMA)                                                  | Prodes 2019                                                  | 1,2                                  | 300   | 161  | 160  | 121  | 120  | 81   | 80   | 41   | 40   | 0    | 40  | 0    | 81   | 100 | 99  |      |       |       |
|                     | Estoque de Floresta             | O limite de até 20% de uso baseou-se nas leis de que regulam o uso da terra na Amazônia Legal | Terra Class 2010                                             | 59,780                               | 0     | 39,9 | 40   | 49,9 | 50   | 59,9 | 60   | 69,9 | 70   | 80   | 50  | 59,9 | 41   | 60  | 60  |      |       |       |
|                     | Água                            | Abastecimento de água                                                                         | 100% de cobertura (IBGE)                                     | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 | 96,09 | 0    | 69   | 70   | 79   | 80   | 89   | 90   | 94   | 95   | 100 | 95   | 100  | 81  | 100 | 93   |       | 70,29 |
|                     |                                 | Esgotamento sanitário                                                                         | 100% de cobertura (IBGE)                                     | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 | 86,84 | 0    | 69   | 70   | 79   | 80   | 89   | 90   | 94   | 95   | 100 | 80   | 89   | 41  | 60  | 93   |       |       |
|                     | Ar                              | Focos de calor                                                                                | Até 10 focos por 1000 km² (considerado causas naturais)      | Inpe Queimadas 2019                  | 3,00  | 200  | 41   | 40   | 31   | 30   | 21   | 20   | 11   | 10   | 0   | 20   | 11   | 61  | 80  | 97   |       | 97    |
|                     | Utilização de recursos naturais | Coleta de lixo                                                                                | 100% de cobertura (IBGE)                                     | Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 | 97,15 | 0    | 69   | 70   | 79   | 80   | 89   | 90   | 94   | 95   | 100 | 95   | 100  | 81  | 100 | 99   |       | 89    |

# RADAR DA SUSTENTABILIDADE BELÉM



## ➤ **Dimensão Bem Estar Humano**

A dimensão **Bem Estar Humano** recebeu classificação de desempenho **Intermediário**, assim como a classificação geral do município. Porém, a análise dos temas e indicadores revela uma **situação heterogênea**, em que algumas áreas apresentam **resultados satisfatórios**, enquanto outras ainda revelam **quadros de carência bastante preocupantes**.

### **Saúde e população: desempenho Intermediário**

No tema “**Saúde e população**”, com desempenho **Intermediário**, o indicador “**Leitos hospitalares**”, destaca-se com desempenho **Sustentável**, ao passo que os indicadores “**Mortalidade na infância**” e “**Número de médicos**” foram classificados com desempenho **Potencialmente sustentável**. O indicador “**Mortalidade materna**” denotou desempenho **Potencialmente insustentável**, e o indicador “**Gravidez na infância e adolescência**” desempenho **Insustentável**. Observa-se, então, que estes últimos requerem atenção especial do poder público.

### **Riqueza: desempenho Intermediário**

No tema “**Riqueza**”, classificado com desempenho **Intermediário**, foram classificados como **Potencialmente sustentáveis** os indicadores “**Taxa de atividade**”, “**PIB per capita**” e “**Renda per capita**”. O indicador “**Trabalho Infantil**” foi classificado como **Intermediário**. O **destaque negativo** é do indicador “**Extrema pobreza**” com desempenho considerado **Insustentável**.

### **Conhecimento e cultura: desempenho Intermediário**

Em relação ao tema “**Conhecimento e cultura**”, também classificado com desempenho **Intermediário**, os indicadores “**Analfabetismo**” e “**Evasão escolar no ensino fundamental**” se destacaram como **Potencialmente Sustentáveis**. Os indicadores “**Ideb (séries iniciais)**” e “**Evasão escolar no ensino médio**” foram classificados como **Intermediários**. E os indicadores “**Ideb (séries finais)**” e “**Acesso à Internet**” como **Potencialmente Insustentável** e, portanto, dignos de maior atenção.

### **Comunidade: desempenho Intermediário**

Quanto ao tema “**Comunidade**”, igualmente classificado como **Intermediário**, observamos com **destaque positivo** o indicador “**Acesso à energia elétrica**”, com desempenho **Sustentável**; enquanto o indicador “**Roubos**” foi classificado com **desempenho Intermediário**; e o indicador “**Homicídios**” com um preocupante desempenho **Potencialmente Insustentável**.

### **Equidade: desempenho Intermediário**

Completando a dimensão “**Bem Estar Humano**”, o tema “**Equidade**” foi classificado com desempenho **Potencialmente Insustentável**, o mesmo resultado do indicador “**Índice de Gini**”.

## ➤ Dimensão Bem Estar Ambiental

A dimensão “**Bem Estar Ambiental**” foi classificada com desempenho **Potencialmente Sustentável**, revelando uma perspectiva positiva quanto aos aspectos da sustentabilidade ambiental no território do município de Belém. Tal fato pode vir a constituir um **importante diferencial na definição das estratégias de inserção competitiva da cidade** no contexto da socioeconomia regional, nacional e global.

### Terra: desempenho **Potencialmente Sustentável**

Em relação ao tema “**Terra**”, classificado como **Potencialmente Sustentável**, destaca-se o indicador “**Desmatamento**”, com desempenho considerado **Sustentável**. O indicador “**Estoque de floresta**” também se revelou positivo, com desempenho **Potencialmente sustentável**; enquanto o indicador “**Cadastro Ambiental Rural**” se revelou negativo, classificado com desempenho **Potencialmente Insustentável**.

### Água: desempenho **Potencialmente Sustentável**

O tema “**Água**”, também considerado **Potencialmente Sustentável**, teve como destaque o indicador “**Abastecimento de água**”, classificado com **desempenho Sustentável**; enquanto o indicador “**Esgotamento sanitário**” obteve desempenho apenas **Intermediário**.

### Ar: desempenho **Sustentável**

Quanto ao tema “**Ar**”, foi classificado positivamente com **desempenho Sustentável**, tal como o indicador “**Focos de calor**”, que obteve a mesma classificação.

### Utilização de recursos: desempenho **Sustentável**

Finalmente, o tema “**Utilização de recursos**”, também considerado com desempenho **Sustentável**, o mesmo do indicador “**Coleta de lixo**”.

## Considerações da análise do Barômetro da Sustentabilidade de Belém

Ao concluir a análise dos resultados da aplicação do Barômetro da Sustentabilidade para a cidade de Belém, pode-se notar que a dimensão “**Bem Estar Humano**” **demandava uma atenção especial da gestão municipal**, pois seus resultados o situaram no nível de desempenho Intermediário, a qual se aplica às áreas temáticas “Saúde e população”, “Riqueza”, “conhecimento e cultura” e “Comunidade”. Já em relação à área temática “Equidade”, pode-se dizer que demanda maior atenção, uma vez que sua avaliação resultou em uma classificação de desempenho Potencialmente Insustentável.

Em relação à dimensão “**Bem Estar Ambiental**”, o resultado da avaliação pode ser considerado favorável em função de sua classificação como Potencialmente Sustentável, revelando uma tendência favorável à caracterização do município como um território ambientalmente sustentável. As áreas temáticas “Terra” e “Água” foram classificadas como Potencialmente Sustentáveis, ao passo que as áreas temáticas “Ar” e “Utilização de recursos” obtiveram classificação Sustentável.

Em uma análise geral dos resultados, foram classificados com desempenho **Sustentável** os seguintes indicadores: “**Leitos Hospitalares**”, “**Acesso à energia elétrica**”, “**Desmatamento**”, “**Abastecimento de água**”, “**Focos de calor**”, e “**Coleta de lixo**”. Destaca-se que esta análise se baseia em dados extraídos de fontes oficiais, porém a situação do abastecimento de água, do acesso à energia elétrica e da coleta de lixo encontram deficiência que precisam ser enfrentadas pelo próximo gestor municipal. A falta de água em alguns bairros de Belém chega a ser um problema recorrente e crônico, sem mencionar as constantes queixas sobre a qualidade da água recebida por seus habitantes.

Na classificação de desempenho **Potencialmente Sustentável** foram classificados os indicadores “**Mortalidade na infância**”, “**Número de médicos**”, “**Taxa de atividade**”, “**PIB per capita**”, “**Renda per capita**”, “**Analfabetismo**”, “**Evasão escolar no ensino fundamental**” e “**Estoque de floresta**”. O desempenho **Potencialmente Sustentável** indica que estes indicadores estão distantes ainda da situação ideal (**Sustentável**). Belém ainda tem uma parcela considerável de sua população em situação de elevada informalidade ou subemprego. Ademais, o nível de renda da população e o PIB *per capita* se comparado a média de outras capitais de estado denotam que a cidade tem um nível baixo de renda média e geração de riquezas. Por outro lado, a mortalidade infantil, o analfabetismo, a evasão escolar e a preservação florestal são temáticas que precisam ser enfrentadas pela próxima gestão municipal.

Com desempenho considerado **Intermediário** foram considerados os indicadores “**Trabalho infantil**”, “**IDEB (séries iniciais)**”, “**Evasão escolar no ensino médio**”, “**Roubos**”, e “**Esgotamento sanitário**”. O desempenho Intermediário evidencia um nível de atenção mais importante, pois demonstra uma situação preocupante que exige estratégias de **políticas públicas mais incisivas**. O nível de **esgotamento sanitário** de Belém é um desafio que precisa ser enfrentado com soluções inteligentes, sobretudo devido à aprovação do **Novo Marco do Saneamento Básico**. Outro indicador preocupante é o relacionado ao número de roubos que demonstra a fragilidade da segurança pública da cidade. Ao lado disso, políticas sociais, como a educação, precisam enfrentar o problema do trabalho infantil, o baixo desempenho do IDEB e a evasão escolar, situação agravada com os jovens que nem estudam e nem trabalham, e que se tornam alvos do crime organizado.

Contudo, a situação se torna extremamente preocupante com os indicadores que foram classificados como **Potencialmente Insustentáveis** e **Insustentáveis**. Foram avaliados com desempenho **Potencialmente Insustentável** os indicadores “**Mortalidade materna**”, “**IDEB (séries finais)**”, “**Homicídios**”, “**Índice de Gini**”, “**Acesso à Internet**”, e “**Cadastro Ambiental Rural**”. Com a classificação de desempenho **Insustentável** foram classificados apenas os indicadores “**Gravidez na infância e adolescência**”, e “**Extrema pobreza**”. Estes indicadores expressam claramente **prioridades** que devem ser **enfrentadas pela próxima gestão pública municipal**, obviamente em parceria com o governo estadual e federal, ao mesmo tempo em que demonstram que temas relacionados à **segurança pública, saúde, prevenção da gravidez precoce, vulnerabilidade econômica e social**, ao lado da **gestão ambiental, ordenamento territorial e regularização fundiária** devem ser consideradas prioridades para os próximos anos.

Em resumo, verifica-se que embora o resultado geral do município tenha sido caracterizado como **Intermediário**, o que enseja a aplicação de uma **ampla gama de políticas públicas destinadas à mitigação de suas debilidades**, principalmente em seus **aspectos sociais e econômicos**, os resultados positivos nos aspectos ambientais abrem uma interessante perspectiva de desenvolvimento a partir da base de atividades

relacionadas ao uso sustentável dos recursos de sua sociobiodiversidade.

#### 4. BELÉM DE CARA NOVA!

O enfrentamento do cenário atual preocupante com o triplo desafio (conjuntural, estrutural e federativo), capaz de configurar uma **cidade moderna, de cara nova**. Isso pressupõe a implantação de uma **gestão inteligente, criativa, empreendedora, colaborativa e menos burocratizada**, capaz de **responder com rapidez às demandas da sociedade**, ao lado da **tomada de decisões de forma célere**, em tempo real, e **responsável**.

Para isso, são necessárias, dentre outras medidas: a **implantação de um sistema de informação transparente**, baseado em **cadastros integrados**, georreferenciados e com dados de diversas naturezas; a inserção de **práticas de gerenciamento de projetos**; e, a adoção de **soluções inovadoras em termos de governança**, em alguns casos através da busca de **parcerias com organizações não governamentais, iniciativa privada**, outros entes federativos (**consórcios públicos**), inclusive **internacionais** (instituições de fomento), como forma de implantar uma **nova cultura de gestão pública**.

Em termos estritos ao aspecto econômico, é fundamental a propositura e a implantação de projetos e ações ousadas, porém realistas, que de forma criativa e inovadora apresentem **soluções para os problemas do baixo dinamismo econômico, baixo nível de empreendedorismo, pouca diversificação das atividades econômicas, atrofiamiento das cadeias produtivas locais, incipiente desenvolvimento de potenciais Arranjos Produtivos Locais (APLs), e elevados indicadores de desemprego, desalento, subemprego e informalidade**.

Neste sentido, um pressuposto importante para tal concretização consiste na **reestruturação administrativa com diminuição de gastos de custeio** como estratégia para **expandir o volume de investimentos**, mas **sem diminuição da prestação de serviços** e, ainda, **ampliação de sua qualidade** – na qual a atual Secretaria Municipal de Economia se transformaria em um órgão voltado ao desenvolvimento econômico, com ações relacionadas ao planejamento estratégico municipal a partir dos seguintes eixos temáticos:

- 1) **consolidação da cidade inteligente;**
- 2) **desenvolvimento da economia criativa;**
- 3) **estímulo à geração de emprego e renda;**
- 4) **elevação da taxa média de produtividade; e**
- 5) **fomento ao empreendedorismo local.**

Este processo de **planejamento estratégico municipal**, elaborado com **concertação social**, definirá uma **hierarquia de prioridades** com ações de curto, médio e longo prazo, elencadas no Plano Estratégico de longo prazo (BELÉM 2050: UMA METRÓPOLE CRIATIVA, EMPREENDEDORA E INTELIGENTE), alinhado aos instrumentos formais de planejamento e orçamento (PPA 2022-2025, LDOs e LOAs 2021-2025), ao Plano de Metas, bem como aos diversos planos setoriais e à necessária revisão do Plano Diretor Municipal.

## BELÉM 2050: UMA METRÓPOLE CRIATIVA, EMPREENDEDORA E INTELIGENTE

Todo processo de planejamento deveria iniciar com uma **visão de futuro**, uma “**projeção**” de **longo prazo** capaz de subsidiar a definição de **responsabilidades e ações de curto, médio e longo prazo**. Constitui-se, assim, em um **projeto de sociedade** que transcende inclusive o próprio Estado, à medida que a própria sociedade se apropria e se empodera do processo, evitando o risco de que com mudanças de gestão o horizonte pactuado seja abandonado.

A proposta de se pensar Belém até 2050 se insere nesta perspectiva. O próprio processo de **alavancagem social** e de **alcance de justiça social, diminuindo as nossas vulnerabilidades sociais**, depende da **dinâmica econômica como força motriz do processo**. Contudo, é preciso assegurar um bom **ambiente de negócios e estratégias adequadas** para que a **economia floresça em bases sustentáveis e socialmente justas e inclusivas**.

Convém enfatizar que um **adequado ambiente de negócios** significa: segurança patrimonial, segurança jurídica para investir, minimização da burocracia (obtenção de alvarás, licenças, certificados etc.), qualificação do empreendedor (empreendedorismo sustentável), estímulo à adoção de práticas inovadoras, qualificação da mão de obra, incentivos à produção, melhoria da infraestrutura de apoio (energia, comunicação, bancos etc.) e facilidade na obtenção de crédito e fomento. E, indiscutivelmente, estas diretrizes necessitam de uma ação conjunta, articulada e pactuada entre atores públicos, sociais e privados, num **amplo processo de planejamento e governança territorial**.

É neste horizonte de longo prazo, com ações de curto e médio prazo, e responsabilidades compartilhadas que se insere o **Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico Belém 2050: Uma Metrópole Criativa, Empreendedora e Inteligente**.

Como base para a elaboração deste processo, torna-se necessária a elaboração de diagnósticos setoriais e sociais, como a construção de um **Barômetro da Sustentabilidade do Município de Belém** e um **Mapa da Desigualdade Social de Belém**,<sup>3</sup> e a definição de **metas claras e factíveis para a gestão pública**, balizando o processo de planejamento e gerenciamento de projetos na gestão (o que, onde, quando e como fazer).

O processo de gestão baseado no estabelecimento de metas é importante, pois com base em uma **visão de futuro** permite a integração dos vários arranjos setoriais na construção de um processo de planejamento de curto, médio e longo prazo, viabilizando a construção de um **ecossistema de políticas públicas**. Essas metas estabelecidas precisam atender às necessidades da população, considerando a capacidade de execução - que deve ser pautada em informações consistentes e confiáveis.

## O PLANO DE METAS PARA BELÉM

<sup>3</sup> A este respeito consultar:

[https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/Guia\\_Mapas\\_da\\_Desigualdade.pdf](https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/Guia_Mapas_da_Desigualdade.pdf)

Belém é um dos municípios brasileiros que ainda não possuem uma legislação municipal, estabelecendo a obrigatoriedade da elaboração de um **Plano de Metas**. Atualmente, mais de 50 municípios brasileiros já possuem essa legislação e essa obrigação de gestão.<sup>4</sup> Capitais de estado como Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), João Pessoa (PB), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), já adotaram, por meio de legislação municipal, a obrigatoriedade deste instrumento de planejamento.

A elaboração de um **Plano de Metas para o Município de Belém**, envolvendo **objetivos concretos, ações estratégicas e previsão orçamentária**, complementa o PPA, e fornece um **instrumento urbanístico de planejamento** mais tangível. Mais do que isso, funcionará como um grande **pacto de governança e transparência** entre a prefeitura, a sociedade civil e o setor privado, uma vez que pressupõe a definição de metas e objetivos concretos de curto prazo a serem cumpridos por todos os atores da sociedade. Juntamente com o PPA, e as leis orçamentárias, constitui um conjunto de ferramentas de curto prazo para o planejamento municipal.

Destaca-se que um adequado Plano de Metas possui objetivos concretos, e deve ser plenamente **integrado com o Barômetro da Sustentabilidade do Município de Belém**, que irá apresentar a situação dos indicadores econômicos, sociais e ambientais do município, apresentando um **horizonte para a ação** (da situação atual para a situação planejada).

Ademais, permite cruzar e compatibilizar diversas ferramentas de planejamento como o próprio **Barômetro da Sustentabilidade**, o **PPA**, o **Plano Diretor Municipal**, as **leis municipais** (de uso e ocupação e orçamentárias, por exemplo) e os planos setoriais.

Finalmente, o Plano de Metas é um adequado instrumento de vinculação das propostas apresentadas durante o período eleitoral com um programa efetivo de governo.

Esta dinâmica de planejamento e gestão, ao mesmo tempo em que se realizará com base em ações viáveis, **respeitando inclusive os limites da capacidade de promoção de políticas públicas**, irá buscar o aproveitamento das janelas de oportunidades, cujas peculiaridades, existentes, exclusivamente, em uma cidade conhecida por ser a Metrópole de Amazônia.

A referida condição lhe confere **ativos únicos e singulares** que precisam ser **incorporados ao processo de planejamento e gestão de políticas públicas**, devidamente transformados em **agregação de valor econômico e simbólico**, através de seus **potenciais históricos, culturais, gastronômicos, econômicos e turísticos**, oriundos, por exemplo, de seu passado e de suas raízes indígenas, portuguesas, africanas, judaicas, libanesas, japonesas e de tantos outros povos que se uniram para a construção de uma **metrópole multicultural**. Serão esses os **vetores adequados para a consolidação de um projeto urbano nos trópicos, uma cidade que sirva mundialmente de paradigma para o desenvolvimento sustentável**.

Ainda como ativos importantes para a consolidação de um novo ciclo, cita-se a potencialidade da **bioeconomia**, um ramo do setor industrial viável e sustentável, capaz

<sup>4</sup> A este respeito consultar: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/plano-de-metas>

de **diversificar e fortalecer a economia local** com o aproveitamento da **biodiversidade** local e da implantação de um APL específico. Um ponto positivo é a existência em Belém do **Parque Científico e Tecnológico do Guamá**, importante polo tecnológico da Amazônia, além de diversas instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, o que confere a possibilidade, caso ocorram os incentivos necessários, de **desenvolvimento de empreendimentos inovadores de base tecnológica**.

A iniciativa possibilitaria **recuperar o dinamismo econômico do município**, além de promover **ampla reconfiguração urbana**, fornecendo possibilidades de **inclusão, mobilidade e justiça social**, consolidando uma **estratégia sustentável de resgate da história e cultura local**, devolvendo o **sentimento de pertencimento**. Tal sentimento está na base do desenvolvimento da **democracia participativa, respeito à coisa pública, exercício da cidadania**, por meio do **controle social**, com participação mais ativa dos habitantes nos assuntos de natureza pública.

Assim, será possível não só **reverter a longa trajetória de decadência econômica, social e urbanística da cidade**, iniciando um **novo ciclo de desenvolvimento** através da busca e construção de uma projeção capaz de **tornar Belém, futuramente, referência mundial de desenvolvimento urbano nos trópicos úmidos**.

## PARTE II

### DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

#### 1. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNICÍPIO EMPREENDEDOR, CRIATIVO E INTELIGENTE

Entende-se que as áreas econômicas, sociais e ambientais estão entrelaçadas, com impactos evidentes entre elas. No entanto, para efeito deste item, apresenta-se à sociedade belenense um conjunto de proposições que visam responder aos três grandes desafios elencados (conjuntural, estrutural e federativo), somados ao desafio do ordenamento territorial urbano, tendo como diretrizes:

- ✓ **Diversificação da economia local, a partir da biodiversidade;**
- ✓ **Apoio e incentivo a negócios criativos, inovadores e colaborativos;**
- ✓ **Estímulo ao empreendedorismo e ao cooperativismo;**
- ✓ **Fortalecimento das centralidades secundárias;<sup>5</sup>**
- ✓ **Inserção de novas tecnologias;**
- ✓ **Sistematização e consolidação de dados e informações municipais.**

Considerando-se que o Município de Belém é formado por uma área continental e por um conjunto de 39 ilhas, totalizando 1.059,458 km<sup>2</sup>, e que, historicamente, as atividades econômicas têm se concentrado, majoritariamente, em sua área continental, propõe-se como estratégia a **espacialização das ações em “territórios econômicos”**, como forma de criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de programas, projetos e ações que concorram à modificação da dinâmica econômica atual.

Nesse sentido, as ações estratégicas propostas estão agrupadas em dois grandes eixos:

- 1) **Estímulo à economia, ao empreendedorismo e ao cooperativismo;**
- 2) **Economia criativa, inovadora e colaborativa.**

##### 4.1 Estímulo à economia local, ao empreendedorismo e ao cooperativismo

- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo e Cooperativismo:** transformação da atual Secretaria Municipal de Economia em um órgão de mais amplo espectro, capaz de delinear estratégias e ações de estímulo ao desenvolvimento econômico do município, estímulo ao empreendedorismo e ao cooperativismo;
- **Casa do Empreendedor:** criação de um espaço físico e virtual (**Espaço de Coworking e Rede de Plataformas Digitais**) que apoie o desenvolvimento de negócios, disponibilizando formação continuada por meio de palestras, cursos, oficinas e consultorias; e ampliação e fortalecimento da Sala do Empreendedor. Esta

---

<sup>5</sup> Como, por exemplo, Icoaraci, Mosqueiro, Entroncamento e de centralidades localizadas em torno de feiras e mercados públicos, mediante a qualificação dos espaços públicos; ou mesmo por meio do estímulo à formação de corredores de atividades terciárias articulados ao sistema de transporte coletivo.

ação envolverá o desenvolvimento de parcerias com instituições de ensino e pesquisa - públicas privadas ou do terceiro setor - e com organizações do Sistema S.

- **Feira do Empreendedor:** realização de uma feira anual do empreendedor que possibilite difusão dos negócios locais permita a troca de informações, parcerias, realização de palestras, oficinas e cursos, ao mesmo tempo em que estimule a cultura do empreendedorismo.
- **Formalização do emprego:** realização de ações que estimulem a ampliação do número de Microempreendedores Individuais (MEI), diminuindo a informalidade e a vulnerabilidade social, em conjunto com instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
- **Compras Públicas Locais:** ampliação e fortalecimento da estratégia de compras públicas locais, estimulando a participação dos microempreendedores individuais (MEI) e das micro e pequenas empresas (MPE) nos processos licitatórios do governo municipal, visando ao fortalecimento da economia e geração de emprego e renda local. Como parte da estratégia serão desenvolvidas ações de formalização, capacitação e vendas junto ao setor público. Cursos de Formação de Fornecedores, darão a capacitação necessária, promovendo a legalização de pequenos negócios, o que fomentará a geração de empregos e renda. As escolas poderão utilizar, na merenda, produtos produzidos no bairro, por exemplo.
- **Banco Municipal de Fomento Social:** reconfiguração do Fundo Ver-O-Sol com sua transformação em uma instituição de apoio e fomento a microempreendedores por meio do microcrédito, realização de cursos, treinamentos, orientações técnicas etc..
- **Cooperativismo:** estabelecimento de ações estratégicas para difusão de informações sobre o cooperativismo, bem como estímulo a criação de cooperativas na cidade de Belém do Pará. Logo, pode-se adotar políticas públicas de estímulo, como uma estratégia de compras públicas que estimule a prática do empreendedorismo local.
- **Educação Financeira:** desenvolvimento de um amplo programa continuado de educação financeira para os cidadãos com orientações sobre orçamento doméstico familiar, endividamento, aplicações financeiras, investimentos, empreendedorismo e oportunidades de negócios, por meio de palestras e cursos, destinados às crianças no ensino fundamental, aos jovens, às mulheres, aos chefes de família, aos profissionais liberais e às/aos servidoras/es públicas/os.
- **Fomento à agricultura familiar e segurança alimentar:** estímulo, apoio técnico e fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar, assim como à ampliação e aceleração do Cadastro Ambiental Rural (CAR), documento comprobatório da regularização fundiária que permite acesso a financiamentos e outras ações de políticas públicas, além de ajudar na preservação ambiental e no combate ao desmatamento ilegal. Com isto espera-se, além de gerar oportunidade de renda para as famílias do município, ampliar a segurança alimentar, reduzindo a dependência de fornecimento de alimentos de fora da municipalidade. Parte da estratégia envolverá um amplo programa de orientação, fomento e apoio a produção familiar,

seja no meio urbano e domiciliar, quanto nas ilhas de Belém, garantindo em paralelo a comercialização de sua produção nas feiras locais, bem como a sua compra e utilização na merenda escolar.

- **Fomento ao Turismo:** desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Setor de Turismo com apoio e fomento aos segmentos de turismo ecológico, religioso, esportivo, gastronômico e de eventos mediante a elaboração de um plano municipal que apresente ações de melhoria da infraestrutura turística; apoio a projetos de extensão universitárias que resgatem e divulguem a história do município e o seu patrimônio artístico, histórico e cultural; revitalização do patrimônio histórico-cultural; definição e divulgação de roteiros turísticos; e concessão para a iniciativa privada de uma “linha turística municipal”.

A essas ações, soma-se um amplo projeto de revitalização urbanística do Centro Histórico de Belém, Mosqueiro, Icoaraci e Outeiro como polos turísticos, bem como o fomento ao desenvolvimento do turismo nas ilhas, a exemplo de Cotijuba e ilha do Combú.

- **Fomento ao Setor Serviços:** apoio e estímulo setor de serviços nos segmentos artístico, cultural, ambiental, educacional, comercial, científicos etc..
- **Fomento à criação de startups:** estimular ideias e negócios inovadores, colaboradores e criativos, vinculados a Fundo de Investimentos, de captação pública e privada (anjos), e com conexão com o PCT Guamá e com os ecossistemas de tecnologias e inovações existentes; e criação da **Incubadora Municipal**, espaço físico e virtual para apoiar e estimular os empreendimentos inovadores, criativos e colaborativos.
- **Núcleo de Elaboração de Projetos Estratégicos e Captação de Recursos:** criação de um núcleo técnico com expertise e qualificação necessárias para a elaboração de projetos com objetivo de captação de recursos necessários para a implantação e desenvolvimento de projetos estratégicos de desenvolvimento econômico.
- **Produção de informações:** criação de um núcleo de produção e sistematização de informações econômicas (comércio, serviços, indústria, mercado de trabalho), sociais e ambientais, que forneça boletins periódicos para fins de análise do cenário municipal, como forma de subsidiar o setor produtivo, a tomada de decisões estratégicas, regerente ao processo de planejamento e gestão de políticas públicas, além de fornecer informações consolidadas para órgãos e entidades externas sobre Belém.

Diversas cidades mundiais utilizam sistemas de coleta de dados para subsidiar o planejamento nas áreas do desenho urbano, mobilidade, segurança pública, saneamento e desenvolvimento econômico. Destacam-se, para mobilidade urbana, mapas de calor gerados a partir da leitura de celulares que identificam o deslocamento das pessoas nos diversos modais por leitura de sistemas de câmeras de vigilância. Há também a captura de dados em pequena escala (*Small Data*), oriunda da interação entre mídias digitais e governo, como o fornecido pela plataforma Colab, usada em várias

cidades para zeladoria urbana, uma vez que permite que os cidadãos apresentem vários problemas: de construções irregulares a buracos no asfalto. Os entraves mais citados pelos usuários são avaliados como prioridades pela administração pública.

Nesse sentido, o território municipal será mapeado com a definição de funções econômicas para cada distrito, visando à criação de Hub de Tecnologia no Distrito Tecnológico e Hub de Economia Criativa no Distrito Criativo, dentre outros; e, ainda, incubação de empreendimentos de mídia nos *Makers Spaces* da periferia.

#### 4.2 Belém: município criativo, inovador e inteligente

- **Secretaria Municipal de Economia Criativa, Cultura e Turismo:** A criação de uma secretaria municipal capaz de agregar e integrar as ações relacionadas ao turismo e a cultura, a fim de estimular a economia do intangível. Nesta nova secretaria, resultante da fusão da Coordenadoria Municipal de Turismo do município de Belém (BELEMTUR) e a Fundação Cultural de Município de Belém (FUMBEL), será sediado o **Observatório da Economia Criativa** de Belém. Ademais, este novo órgão além de ter a atribuição de elaborar um plano para o desenvolvimento da economia criativa na cidade, deverá organizar um calendário integrado de ações e eventos, para estimular a cultura e o turismo, sempre com a ótica da inclusão, da diversidade e da sustentabilidade. Espera-se, ademais, estimular o aproveitamento de saberes e conhecimentos locais e tradicionais, estabelecendo pontes com o conhecimento científico e tecnológico.
- **Fomento à Bioindústria:** implantação do Arranjo Produtivo Local da Bioindústria, com apoio e fomento a empreendimentos de base científico-tecnológica, priorizando ao desenvolvimento desse setor parcerias institucionais, além de outras esferas de governo, do setor privado e de instituições de ensino e pesquisas.
- **Fomento ao Artesanato:** estímulo e apoio à realização de feiras periódicas de artesanato local, criando um espaço que propicie a difusão da cultura local e a geração de emprego e renda.
- **Circuito Gastronômico:** apoio e fortalecimento do circuito de gastronomia, com ênfase na culinária local diferenciada, estimulando os micros e pequenos empresários a consolidar a economia criativa. Com isso, espera-se avançar nas ações já realizadas que conferiram à cidade o título internacional de Cidade Criativa da Gastronomia, concedido pela Unesco, tornando-se referência mundial em gastronomia, e integrando uma rede de cidades que buscam desenvolvimento sustentável e socialmente justo.
- **Ver-o-peso:** manutenção permanente do Complexo do Ver-o-Peso, consolidando esse equipamento urbano como um amplo espaço de desenvolvimento da economia criativa.
- **Via Histórica da Belle Époque:** reconfiguração urbanística da Avenida Almirante Tamandaré, que liga a área central de Belém ao seu centro histórico, como forma de propiciar uma paisagem histórico-cultural de resgate da Belle Époque, dotando o município de mais um ativo turístico e urbanístico relativo ao circuito histórico, cultural e criativo no centro histórico de Belém, a fim de fortalecer o Projeto Circular.

- **Museu da Belle Époque:** criação de um museu com a finalidade de propiciar ao cidadão e ao turista um espaço destinado ao resgate histórico de um período extremamente importante para o desenvolvimento de Belém sob os auspícios do Ciclo da Borracha, podendo ser utilizado para isso o Palacete Bolonha.
- **Museu da Cabanagem:** criação do Museu da Cabanagem, a fim de propiciar, junto à população paraense e ao turista, um espaço destinado a um dos mais importantes movimentos sociais da história da Amazônia e do Brasil.
- **Memorial do Barata:** restauração do equipamento com intuito de reabri-lo para a visitação da comunidade, estabelecendo ao seu redor programações culturais e artísticas para a população.
- **Complexo Belém Criativa:** criação de espaços físicos e virtuais que abriguem empreendimentos relacionados à economia criativa (artes, cultura, restaurantes, etc.), bem como a **Casa da Criatividade** – espaço destinado à difusão da economia criativa, da formação de uma mentalidade inovadora, por meio de palestras, cursos e oficinas, que apoiem e orientem o desenvolvimento de projetos e incubação de empreendimentos relacionados à inovação e criatividade.
- **Equipamentos Públicos:** reforma, reconfiguração e resgate de equipamentos públicos que possam integrar uma rota turística municipal; espaços culturais, de artesanato e lazer (como Palacete Bolonha, Mercado de S. Brás, Praça do Carmo, Praça da República, Praça Batista Campos, Largo das Mercês, Palacete Pinho, Bosque Rodrigues Alves, Porto do Sal e Engenho do Murucutu, dentre outros) e criação de pequenos equipamentos urbanos de lazer e convivência social nas áreas periféricas capazes de promover a sociointeração dos cidadãos (a exemplo de praças, pequenas áreas verdes e associações de moradores). Logo, os diversos segmentos da sociedade serão chamados para discutir um plano para o Centro Histórico de Belém que contemple aspectos econômico-sociais, ambientais, funcionais, físicos, de uso e de ocupação do solo e referentes à preservação do patrimônio material e imaterial.
- **Eventos festivos, históricos e culturais:** elaboração e implantação de um calendário permanente de eventos que permita a celebração da cultura e da história local e, ao mesmo tempo, promova o setor artístico e cultural local. Um exemplo disso são as datas históricas que podem ser celebradas, como a Cabanagem, fundação de Belém, adesão do Pará e independência do Brasil, bem como eventos festivos de programações alusivas ao Natal, a Páscoa e ao Círio de Nazaré.
- **Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico Belém 2050: Uma Metrópole Criativa, Empreendedora e Inteligente:** elaboração de um plano para a recuperação da economia de Belém, em paralelo à revisão e atualização do Plano Diretor, com participação e controle social, com definição de eixos, diretrizes e prioridades estratégicas de atuação no curto, médio e longo prazo, a fim de melhorar a qualidade de vida da população por meio de uma estratégia de estímulo ao desenvolvimento da economia local, além da geração de emprego e renda.

### PARTE III

## DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A construção de uma **Belém de cara nova** tem como força motriz a implantação de uma **nova diretriz de planejamento urbano** capaz de definir não só uma **visão de futuro** alavancada por uma **dinâmica de desenvolvimento econômico**, como também **sustentável**, capaz de impulsionar as **melhorias dos indicadores sociais e ambientais**.

Desta forma, tão importante quanto uma adequada política para o estímulo a economia é a construção de um **sistema integrado de políticas sociais**, envolvendo a educação, assistência social, saúde, saneamento básico, segurança pública e mobilidade urbana. Parte-se do pressuposto que as políticas públicas são transversais, gerando um efeito de retroalimentação.

### 1. ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO

#### Educação como espaço de cidadania

A política de educação está na base de todo e qualquer projeto de transformação social. A história das sociedades desenvolvidas demonstra que a superação da condição de subdesenvolvimento requer investimentos e uma adequada estratégia educacional. Com isso, amplia-se a formação do capital humano, dotando os habitantes da cidade de liberdade ao propiciar condições efetivas para que floresçam socialmente.

A rede municipal de Belém, no campo educacional é responsável pela Educação Básica, Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional. Conta com 417 estabelecimentos de ensino, distribuídos em dois territórios, um continental e outro insular. O continental começa às margens do Rio Guamá e da Baía do Guajará e faz fronteira com o município de Ananindeua. Já a área insular é composta por 39 ilhas, das quais se destacam as ilhas de Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba. Por suas características geográficas, Belém tem desafios a enfrentar, objetivando alcançar o sucesso escolar.

**Eixo Educação Infantil em Creches:** engloba a faixa etária de 0 a 3 anos.

O CENSO/IBGE 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontou que no município de Belém existem 78.394 crianças na faixa etária de 0 a 3 anos e, segundo o Anuário Estatístico do Município de Belém (2012), a matrícula em 2013 na rede municipal foi de 3.599 crianças, logo a cobertura foi de apenas 4.6%. Inúmeros fatores explicam a baixa taxa de matrícula nas creches, dentre eles a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) que divulgou a correlação entre a renda das famílias e a oferta de vagas em creches no Brasil, entre as crianças de 0 a 3 anos que pertencem aos 20% com a renda domiciliar *per capita* mais baixa do país, ratificando que 33,9% estão fora da escola porque não existe vaga ou creche próximas delas.

Portanto, destacam-se como estratégias: a Construção de mais creches; Valorização do professor, garantindo boas condições de trabalho em um ambiente salubre, seguro e adequado ao desenvolvimento das atividades educativas; Implementação de programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação

das áreas de educação, saúde, assistência social com foco no desenvolvimento integral das crianças; Inclusão de psicólogos e assistentes sociais dentro das creches para o apoio psicossocial aos alunos e às famílias, aspectos que fazem parte de uma educação cidadã.

**Eixo Educação Infantil no âmbito da Pré-Escola:** engloba a faixa etária de 4 a 5 anos.

O CENSO/IBGE 2010 apontou que no município de Belém existem 40.852 crianças na faixa etária de 4 a 5 anos e, segundo o Anuário Estatístico do Município de Belém (2012), a matrícula em 2013, na rede municipal, foi de 14.257 crianças, portanto a cobertura foi de 38%. Apesar do enorme contingente, ainda excluído, a matrícula na pré-escola avançou significativamente na última década, dados do IBGE indicam que, a partir da implementação da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, o ensino passou a ser obrigatório dos 4 aos 17 anos, incluindo a pré-escola, o ensino fundamental e o médio. Por isso, é dever dos pais matricular seus filhos a partir dos 4 anos e obrigação das redes de ensino garantir a vaga para todos as crianças a partir dessa idade.

Dado o exposto, para atender a crescente demanda, é preciso criar projetos que promovam a construção de conteúdos, visto que nessa fase as crianças estão ávidas por novos conhecimentos, por isso projetos - como Educação para o Trânsito, Educação Ambiental, Educação Ribeirinha, Educação Tecnológica, Educação Musical e Educação para o Esporte - devem ser pensados em consonância ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com a finalidade de construir uma escola cidadã.

**Eixo Ensino Fundamental** engloba a faixa etária de 6 a 14 anos.

O CENSO/IBGE 2010 apontou que no Município de Belém existem 204.756 crianças na faixa etária de 6 a 14 anos e segundo o Anuário Estatístico do Município de Belém (2019) foram matriculados em 2018, 42.400 crianças, então, a cobertura foi de 21%. Logo, cabe ampliar a oferta de vagas nas escolas para que haja a efetivação da universalização do ensino fundamental no Município de Belém, além de aliar a qualidade do ensino a projetos capazes de protagonizar a criança. Assim, evasões e reprovações serão evitadas ao longo do caminho.

Portanto, é necessário promover a articulação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para os estudantes, dentro ou fora, dos contextos escolares, assegurando ainda que esses espaços se tornem polos de criação e difusão cultural; promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas; construir escolas que tenham infraestrutura compatíveis com a realidade regional, incluindo salas de aulas climatizadas, laboratórios (informática, multidisciplinar, multifuncional e língua estrangeira), ateliês de arte, bibliotecas, auditórios, áreas arborizadas e quadras poliesportivas cobertas ou área adequada para atividades de esporte e lazer, priorizando a área insular de Belém; garantir o acesso às tecnologias de informação e comunicação – TIC – e à rede mundial de computadores – internet; revitalizar e manter as Bibliotecas Escolares com atualização e ampliação do acervo, acompanhando a evolução tecnológica, digital, social e racional de seu uso comprometido com a acessibilidade, proliferando múltiplas formas de apresentação de textos, imagens, sons produzidos em diversas mídias, utilizando como instrumentos de difusão: *tablets*, computadores,

navegadores de internet, leitores de tela, impressão em Braille e outras formas criadas pelo avanço tecnológico; garantir programas de correção de fluxo escolar, aceleração da aprendizagem e outros, a fim de atender aos alunos em distorção anos/ciclos; desenvolver projetos que promovam a cultura de Paz nas Escolas.

### **Eixo Educação Especial**

A Educação Especial é direcionada para atender crianças com deficiência, transtorno global do desenvolvimento – TGD, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades/superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Para tal, temos como estratégias: Expandir as salas de recursos multifuncionais, fomentar a formação continuada de professores da classe regular; Ampliar programas que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva (softwares, ponteira de cabeça, andador, órteses, próteses etc.) assegurando-a, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino; Garantir a oferta de educação bilíngue – em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita a Língua Portuguesa como segunda língua – aos alunos surdos e com deficiência auditiva; Promover apoio, orientação e informações às famílias sobre as políticas públicas de educação especial e sobre os direitos e deveres das pessoas com deficiência, TGD, TEA e altas habilidades/superdotação.

### **Eixo Educação Integral**

A Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, estabelece como período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas. O currículo da escola de tempo integral é concebido como um projeto educativo integrado, o que implica a ampliação da jornada escolar diária mediante o desenvolvimento de atividades, como o acompanhamento pedagógico, o reforço, o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação, a pesquisa científica, a cultura, as artes, o esporte, o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas socioculturais. Tais atividades podem ser desenvolvidas dentro do contexto escolar, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais. O município de Belém contava até 2013 com 40 escolas de tempo integral, hoje 2020 o número subiu para 82 escolas de tempo integral.

### **Eixo Qualidade na Educação**

Um dos instrumentos utilizados para medir a qualidade e o indicador de desempenho educacional é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação) que se

baseia no fluxo escolar e nos resultados de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática em avaliações nacionais, para o 5º e o 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, avaliando tanto as escolas públicas como as privadas, dessa forma o índice avalia se os alunos estão aprendendo o que precisam na idade certa.

Na rede municipal de educação, segundo o Anuário Estatístico do Município (2019), nos anos iniciais (5 anos) o IDEB, em 2017, foi de 4.7. Para tanto, a meta projetada foi de 4.4, isto é, o sistema alcançou o resultado esperado. Em contra partida o IDEB dos anos Finais (9 ano), em 2017, foi de 4.3, a meta projetada foi de 4.6, ou seja, abaixo da meta projetada, resultado que aponta um reflexão por parte do gestor e sua equipe para detectarem as variáveis responsáveis pela nota obtida, realizando um processo contínuo de autoavaliação, por meio da constituição de instrumentos que orientem as dimensões a serem fortalecidas. Destaca-se, neste ponto, a necessidade da elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional e a formação continuada dos profissionais da educação; Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem; Revisar constantemente o Projeto Político Pedagógico, observando assuntos como as diretrizes pedagógicas, plano de ação e matrizes curriculares da escola, se for o caso, pautar mudanças no currículo, especialmente nas disciplinas avaliadas; Incentivar encontros pedagógicos e institucionais, a fim de mobilizar pais e alunos, além de gestores, professores e funcionários, antes da aplicação da prova, explicando a importância da avaliação, a meta que se pretende alcançar.

**Eixo Educação de Jovens e Adultos** – EJA abrange os jovens de 15 anos para o ensino fundamental e a partir de 18 anos para o ensino médio.

Em Belém, efetiva-se nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, na modalidade presencial e no ensino fundamental. No Anuário Estatístico do Município de Belém (2019) consta que as matrículas do EJA Fundamental diminuíram com o passar dos anos de 2013-2018, respectivamente, o número de alunos matriculados foi de 7.410 e 6.231.

Para fomentar o EJA é necessário apoiar e acompanhar o programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem regularmente as aulas e apresentarem rendimento escolar em cursos de alfabetização; Realizar formação continuada dos professores da EJA, incentivando a permanência desses profissionais nessa modalidade; Promover ações de atendimento aos estudantes da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, em articulação com as áreas de saúde e de assistência social e realizar exames específicos que permitam aferir o grau de alfabetização de jovens com mais de 15 (quinze) anos de idade, no ensino fundamental, e de 18 (dezoito), no ensino médio, com vistas à promoção de avanços ou nivelamento;

### **Eixo Valorização Docente**

Dados numéricos extraídos do Anuário Estatísticos do Município de Belém (2019) informam que até 2017 havia na rede municipal de ensino um total de 4.578 docentes. Para esses docentes é necessário assegurar a construção de Planos de Cargos, Remuneração e Carreira, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. Além de assegurar a formação continuada, como a formação em serviço, que se

concretiza na denominada Hora Pedagógica (HP) que consiste em 25 h/a que constam na carga horária semanal do professor para estudo, pesquisa e planejamento.

Ainda sobre a formação continuada, pretende-se articular, com as IES públicas e privadas a implementação da oferta de educação superior, prioritariamente para a formação de professores para a educação básica; Articular, com as agências fomentadoras e financiadoras de pesquisa, o mapeamento da demanda de formação de pessoal de nível superior; Parcerias com os sistemas de ensino, a fim de criar cursos de pós graduação *lato* e *strictu sensu* de modo a atender as necessidades formativas dos docentes, gestores e técnicos da educação básica e garantir condições de trabalho, infraestruturais e remuneratórias.

### **Eixo Gestão Democrática**

Uma gestão democrática envolve a participação da sociedade nos Conselhos Escolares, nos Conselhos de Educação do Município e do Estado, dentre outros órgãos colegiados. Outro processo democrático são as eleições diretas para diretor de escola. Tais práticas não garantem um processo democrático de gestão, mas são passos importantes nessa direção.

Nessa perspectiva, as propostas apresentadas a seguir têm o objetivo de contribuir para um avanço significativo na conquista de uma gestão efetivamente democrática. Assim, planejar, garantir e efetivar cursos de formação continuada aos conselheiros dos conselhos de educação, dos conselhos de acompanhamento e controle social, dos conselhos de alimentação escolar e dos demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, com vistas ao bom desempenho de suas funções é essencial; Garantir a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares ou colegiados escolares, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo e fortalecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos públicos de ensino.

### **Eixo Educação nas Ilhas**

Atualmente, a Fundação Escola Bosque – FUMBOSQUE é a responsável pelo gerenciamento da educação nas ilhas pertencentes à esfera municipal. A Escola Bosque, como é conhecida, apresenta um projeto pedagógico baseado em temas relacionados ao ambiente com destaque para a preservação ambiental e convivência racional com a natureza.

A fundação está localizada no ambiente urbano da Ilha de Caratateua e possui diversos anexos, incluindo esta ilha. O ensino médio existe somente nas lhas de Mosqueiro e Caratateua e os estudantes deslocam-se da Macrozona do Ambiente Natural – ZAN – para a Macrozona do Ambiente Urbano – ZAU – da ilha onde estão localizadas as instituições.

Os estudantes residentes no Arquipélago do Oeste e do Sul da cidade de Belém prosseguem os seus estudos em escolas e instituições de ensino localizadas na Belém continental. Alguns retornam, diariamente, para suas casas após o encerramento das aulas no continente. Salvo exceções, na Ilha de Mosqueiro, as comunidades mais isoladas apresentaram o pior índice de educação formal por habitante, sendo que as comunidades Castanhal do Mari-Mari, Fazendinha, BL 13 e Cajueiro e as localizadas nas ilhas Combú e Urubuoca apresentaram índice igual ou maior a 10% de

analfabetismo. Na comunidade Baía de Santo Antônio e na ilha Jutuba este índice é superior a 20% de analfabetismo.

## 2. ESTRATÉGIAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na implementação das estratégias de desenvolvimento social e econômico do município de Belém, torna-se fundamental a atenção e o acompanhamento da Política Social, estabelecendo prioridades em seu planejamento, monitoramento, avaliação dos resultados e execução das ações efetivas, voltadas à promoção humana e assistência social.

As avaliações de resultados serão norteadas a partir de índices e indicadores sociais que configurem os problemas a serem enfrentados pela Assistência Social e orientam soluções para a redução das desigualdades e riscos sociais que impactam grande parte da população. Para o enfrentamento dessa questão, a proposição é a efetivação de programas e projetos com ações sistemáticas, contínuas, transparentes e integradas, voltadas à inclusão efetiva e à justiça social, com vistas à superação das vulnerabilidades individuais e coletivas.

Dentro desta lógica, é necessária a descentralização político-administrativa da Assistência Social e a articulação contínua com outras políticas transversais, visando o fortalecimento e ampliação da oferta de serviços. As referidas medidas possibilitam ao município, na sua competência, realizar o planejamento de ações a partir do diagnóstico local, de sua realidade territorial e demandas identificadas, objetivando o aprimoramento da gestão do SUAS. São elas:

- **Gestão por territórios:** A regionalização da Política de Assistência Social é um marco no desenvolvimento de suas ações ao ampliar os serviços, estabelecendo a territorialização por área de abrangência em equipamentos públicos (CRAS e CREAS), identificando situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como as potencialidades de cada área, levantando as demandas para planejamento, intervenção e otimização dos recursos.
- **Gestão por desenvolvimento social e referência:** Aprimoramento da gestão do SUAS com a organização, padronização dos serviços da rede socioassistencial dentro das normativas vigentes, visando a oferta qualificada dos serviços e ações articuladas com outras políticas públicas locais, programas, projetos e benefícios oferecidos aos usuários da assistência social. Para o alcance e viabilidade, prioriza-se o estabelecimento de um canal de informação ao Usuário de Assistência, identificando os serviços e locais de abrangência.
- **Gestão intersetorial:** A intersetorialidade deve ser estabelecida por um Programa de Gestão de Desenvolvimento e Assistência Social, através de ações integradas das diferentes políticas públicas locais, com ampliação da participação das instâncias de controle social, para a deliberação e acompanhamento das atividades, visando romper com ações fragmentadas e focalizadas, o que possibilita atender às demandas existentes em sua totalidade de forma articulada e integrada, com a efetiva superação das dificuldades dos segmentos mais vulnerabilizados.
- **Gestão por valorização e qualificação humana no trabalho:** Constituição da gestão do trabalho, valorizando a formação e qualificação dos recursos humanos,

por meio de capacitação continuada dos trabalhadores, gestores e membros dos Conselhos. Dessa forma, evita-se a precarização das ações, com adequação das equipes, além de possibilitar o aprimoramento dos processos de trabalho e atualização das alterações e avanços ocorridos na política de assistência social como estratégia de enfrentamento da exclusão social.

- **Gestão democrática e participação popular:** Fortalecimento dos mecanismos e instancias de controle social (Conselho, Fundo e Plano de Assistência Social), publicização dos direitos sociais, órgãos de defesa e participação popular, possibilitando o conhecimento dos direitos pelos usuários, o que estabelece e fortalece os processos participativos das ações na assistência social dos atendimentos, atividades, fóruns e conferências realizados pela política de assistência social.

Na convergência das ações estratégicas de gestão, compreende-se como necessário o estabelecimento dos seguintes eixos:

### **Eixo Promoção, Desenvolvimento e Assistência Social**

- Desenvolvimento de um Novo Modelo Macroorganizativo da FUNPAPA;
- Implantação do “Programa Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, Trabalho e Renda”, com foco em acolhimento social, cursos profissionalizantes, apoio ao microcrédito e fortalecimento das iniciativas de pequenos negócios empreendedores;
- Apoio à implantação de programas e projetos comunitários, com foco no empoderamento e arranjos de comunidades locais;
- Implantação e implementação de “Centro de Formação e Capacitação” voltado ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, moradores de rua e pessoa com deficiência;
- Desenvolvimento de “Projeto Abraço”, para atendimento de pessoas em estado de vulnerabilidade socioemocional, objetivando o enfrentamento das questões correlatas aos transtornos de ansiedade, estresse, depressão, suicídio e suas nuances;
- Apoio às ONGs, aos Centros de Acolhimento Socioemocional (tratamento dos transtornos emocionais), projetos comunitários de acolhimento e desenvolvimento social de pessoas em vulnerabilidade social, e similares;
- Criação do “Projeto CRAS Itinerante”, com articulação de ações de assistência social nas ilhas e comunidades;
- Implantação do “Programa Melhor Idade - Mentes Jovens” (experiência) desenvolvimento do Espaço Conceito Creche para Idosos, destinado ao acolhimento socioemocional, desenvolvido em perfil de casa-lar, com atividades

socioassistenciais, esporte, saúde e lazer para idosos e famílias, contando com equipes multidisciplinares que promovam o bem-estar social do idoso;

- Ampliação da cobertura e do reordenamento dos serviços socioassistenciais, com estabelecimento de unidades de referência e fluxos de atendimentos, com vistas a garantir a oferta dos serviços de proteção social básica e especial (média e alta complexidade), com ênfase no acolhimento institucional aos diversos segmentos (idoso, pessoa com deficiência, adulto, migrante, pessoa em situação de dependência, famílias, dentre outros);
- Reordenamento/readequação técnica do serviço de acolhimento ofertado à população de rua;
- Aprimoramento e qualificação da rede existente para atender a intensa demanda decorrente do aumento do fluxo migratório;
- Propor a discussão e criação de matriz de responsabilidades intersetoriais em consonância com a Política Nacional para Migrantes, com definição do papel dos serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas;
- Estruturar os equipamentos de assistência social de forma adequada e dispor equipe mínima de profissionais necessários ao pleno funcionamento.

### **Eixo Desenvolvimento Social e Juventude**

- Implantar e implementar ações de fomento à Política de Esporte Educacional, Lazer, Arte e Cultura para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- Implantar centros de capacitação e formação para jovens e famílias em estado de vulnerabilidade social;
- Promover o Projeto “Educação Jovem Cidadão de Resposta” – fomento à educação formal, pré-vestibular e cursos profissionalizantes, na modalidade semipresencial, em especial nas escolas municipais e parceiras, com ênfase no alcance de jovens e adultos que não concluíram a educação básica;
- Projeto “Jovem Digital” com a disponibilização de internet livre nos espaços escolares e em praças de lazer;
- Projetos “Escola Aberta, Mentes Criativas” – incentivar grupos de arte, cultura e esporte dos bairros com utilização dos espaços públicos, como quadras das escolas e praças de esporte e lazer;
- Projeto Jovem “Círculos de Arte, Esporte e Lazer” – apoiar Grupos de Arte e Esporte para apresentações itinerantes em praças e espaços da administração pública municipal;

- Projeto “Belém Verde, Amazônia Jovem” – capacitação em educação ambiental para jovens. O projeto consiste na criação do clube de pesquisadores mirins e agentes ambientais para atuarem como interlocutores ambientais no Bosque Rodrigues Alves, Jardim Zoobotânico da Amazônia e praças de Belém;
- Criação de encontros “Jovens Empreendedores Digitais” – incentivar programadores, designers e outros profissionais ligados ao desenvolvimento de *software*, buscando o incentivo ao desenvolvimento de soluções criativas para a cidade;
- Apoio a jovens empreendedores – apoio técnico e financeiro aos empreendimentos gastronômicos e pequenas iniciativas de negócios familiares que envolvam os jovens.

### **Eixo Desenvolvimento Social e Mobilidade Urbana**

- Pacto Trânsito Belém – criação do “Projeto de Educação no Trânsito” com faixas de pedestres, rotatórias inteligentes, priorizando a mobilidade e a viabilidade de transportes e pedestres, promovendo a educação no trânsito, o respeito aos ciclistas e motociclistas e à cultura de paz;
- Criação do “Circula Bike Belém” – implementação de eixos interligados de ciclofaixas amplamente sinalizadas em todos os bairros, favorecendo a mobilidade urbana, integrando o uso das bicicletas como sistema de transporte urbano para os deslocamentos diários e aos usuários praticantes do ciclismo;
- Implantação do “Projeto Nossa Praça”, com disponibilização de internet livre disciplinada, programação de atividades sociais, culturais e esportivas com participação popular, integrando, inclusive o Projeto Jovem “Círculos de Arte, Esporte e Lazer”.

### **Eixo Diversidade Sexual e de Gênero**

- Criação de Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT;
- Promover formação continuada aos servidores, colaboradores, operadores de direito e gestores de órgãos da Administração, com ênfase na temática LGBT;
- Criação de mecanismo de ouvidoria para recebimento de denúncias de discriminação contra LGBT;
- Sistematização de dados estatísticos para subsidiar ações efetivas voltadas à diversidade humana;
- Realizar campanhas de prevenção e combate a discriminação, enfatizando as relações de gênero, com vistas a eliminar o preconceito, estigma, discriminação e violência à comunidade LGBT.

## **Eixo Valorização do Gênero Feminino**

A equidade é um princípio humanitário. Quando uma cidade não dispõe de oportunidades para parte significativa da população e insiste na desigualdade de gênero, ela desperdiça enorme talento, força de trabalho e potencial econômico.

Assim, o plano de governo deve vislumbrar políticas de proteção social para promover os direitos fundamentais e a igualdade de gênero, através da inclusão das mulheres em todas as políticas e programas que compõem os eixos pilares da sociedade, de maneira essencial e integralizadora, demonstrando a urgência da criação de uma nova cultura política, em permanente conexão com os diversos atores urbanos para democratização das relações no espaço vivido.

Lutar contra preconceitos e propor uma cidadania ativa para todas e todos, não se faz sem rever experiências e questionar antigas práticas da gestão pública e das relações particulares.

A função de um Estado democrático é criar políticas que reconheçam a desigualdade de poder e de “espaço” entre homens e mulheres em nossa sociedade. Assim, deve-se estabelecer uma lógica que reconheça os diferentes impactos de uma política pública para homens e para mulheres.

Logo, as diretrizes básicas para promover igualdade de gênero na implementação das políticas públicas municipais incluem:

- Focar em melhorias e ampliação das condições de sustento individual e familiar das mulheres, a fim de romper com vínculos de dependência e subordinação;
- Ampliação do acesso das mulheres a serviços (com disponibilidade de escolas, creches, saúde e emprego) e ampliar a responsabilização do município pelo seu bem-estar;
- Possibilitar às mulheres o exercício dos direitos reprodutivos e sexuais com segurança, dispondo de autonomia e bem-estar;
- Suprir as demandas que interferem diretamente no cotidiano das mulheres (segurança pública e mobilidade urbana);
- Atender adequadamente mulheres e evitar a revitimização das que ainda estão inseridas em situação de violência, em particular, doméstica e sexual.

### **A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE GÊNERO**

Em 2018, cerca 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil e 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio.

Assim, problemas urbanos como a falta de iluminação pública adequada nas ruas, a existência de ruas sem policiamento e opções insuficientes de transporte público são mais latentes no cotidiano das mulheres e contribuem, ainda mais, para a sensação de insegurança das mulheres paraenses.

Em casa, a realidade não é muito diferente. A cada hora, cerca de dois casos de violência contra mulher são registrados na grande Belém. De acordo com a Polícia

Civil, no último ano foram mais de 14 mil relatos de agressão apenas na região metropolitana.

Por isso, políticas públicas ineficientes de prevenção e denúncia à violência, a insuficiência nas redes de transportes públicos e a ausência de mecanismos eficazes para segurança pública, são fatores que vulnerabilizam mais as mulheres, tornando-as suscetíveis aos riscos.

As políticas públicas devem acompanhar os sujeitos, reconhecendo os riscos e as vulnerabilidades particulares de cada uma deles. É preciso repensar as políticas públicas já existentes e questionar práticas políticas – tanto na gestão pública quanto na vida social.

Podemos transformar Belém em uma cidade mais segura, inclusiva e justa para todos.

### **3. ESTRATÉGICAS PARA A CULTURA**

Arte, Cultura e Patrimônio perpassam pelos séculos, ressignificando vidas e costumes dos povos, na linha do tempo, na história das civilizações. E é assim na Belém, capital do estado do Pará, com seus 404 anos de fundação, onde a riqueza de sons, cores, saberes e sabores inspiram artistas e trabalhadores da cultura a produzirem intensa e freneticamente nas diversas áreas e linguagens artísticas: música, dança, teatro, artes plásticas, literatura, artes visuais, audiovisual, patrimônio de natureza material e imaterial, culturas originárias, artesanato, arte contemporânea, moda, *design*, gastronomia, dentre outros.

Promover o desenvolvimento de Belém baseado em novos princípios e paradigmas significa reconhecer a importância da Arte e Cultura como um dos pilares desse desenvolvimento, alinhando a agenda cultural da cidade com a Agenda Mundial dos ODS, além de garantir as funções vitais de uma política pública municipal de cultura baseada na produção, difusão, formação e preservação, por meio da:

#### **1. Gestão e Participação Social**

- Redefinir o atual modelo de financiamento da cultura no âmbito municipal, para além dos recursos próprios da municipalidade, e compor o orçamento mediante captação externa, com destaque para a revisão da Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense;
- Reestruturar o órgão gestor da política municipal de cultura, e seus espaços vinculados, para que as suas capacidades administrativas correspondam às demandas culturais da cidade;
- Implantar um modelo de gestão cujos princípios sejam pautados na territorialização e distritalização, no qual os programas, projetos, serviços e ações tenham como *lôcus* privilegiado os bairros, distritos e ilhas;
- Consolidar a gestão participativa e transparente por meio das ações do Conselho Municipal de Política Cultural e Fóruns Setoriais de Cultura;

- Consolidar o Sistema de Informação e Indicadores Culturais, a fim de contribuir para a formulação e execução da política municipal de cultura.

## **2. Infraestrutura cultural**

- Expandir e requalificar a rede de espaços culturais sob a gestão municipal, dotando-os de infraestrutura necessária para que eles possam exercer plenamente sua função sociocultural e oferecer serviços acessíveis e de qualidade;
- Desenvolver a Rede Municipal de Equipamentos Culturais Públicos e Privados;
- Implantar um modelo de Gestão Colaborativa dos espaços culturais independentes, possibilitando o estabelecimento de parcerias;
- Promover a ocupação dos espaços públicos de forma plena, valorizando as diversas linguagens e manifestações artísticas, além de democratizar o acesso da população aos bens culturais e assegurar o direito à convivência em uma cidade cultural.

## **3. Patrimônio Cultural e Memória**

- Implantar um programa de Preservação e Proteção do Patrimônio de Natureza Material e Imaterial, com a redefinição de competências do governo municipal e da sociedade;
- Implantar um programa de formação continuada na área da Educação Patrimonial que busque conhecer, reconhecer, salvaguardar, valorizar e difundir os bens e paisagens culturais da cidade de Belém, além de ampliar o acesso aos acervos municipais;
- Implantar um Sistema Integrado de Museus e Memoriais capaz de promover a produção, circulação, acesso e fruição na área das artes visuais.

## **4. Formação e Difusão Cultural**

- Desenvolver a territorialização das políticas, programas, projetos e ações com o objetivo de promover sistemas e circuitos que valorizem as linguagens artísticas, artistas e trabalhadores da cultura, além de integrar os bairros e distritos;
- Implantar um amplo Programa de Formação Artística e Cultural, integrando as escolas municipais, voltado para as diversas faixas etárias, que possibilite contribuir para à iniciação, formação continuada, profissionalização e especialização no campo das diversas linguagens artísticas;
- Realizar ações permanentes que tenham como foco a mediação cultural e formação de novos públicos, capaz de respeitar as dinâmicas do fazer cultural e proteger suas formas de produção e difusão;

- Oferecer uma programação cultural ampla, diversificada e permanente, através de uma política cultural integrada que alcance os bairros, em diálogo com os diversos públicos, territórios, linguagens e práticas culturais, integrando os eventos cíclicos, datas comemorativas e outras efemérides;
- Implantar um amplo programa de leitura e informação, fortalecendo o sistema municipal de bibliotecas públicas e comunitárias;
- Fomentar ações na área do Audiovisual, visando a consolidação do município de Belém como polo de produção audiovisual;
- Realizar circuitos permanentes e itinerantes de música, teatro e dança;
- Valorizar as diversas manifestações de cultura popular, fomentando as ações relativas ao Carnaval, São João, Malhação de Judas, Festividades Religiosas.

## 5. Fomento e Economia Criativa

- Promover a Cidadania cultural, garantindo o acesso da população à diversidade das expressões de arte e cultura, rompendo o paradigma da contemplação, a fim de possibilitar a interação com o fazer cultural da cidade;
- Desenvolver estratégias que reconheçam e fortaleçam a economia da cultura, contemplando a diversidade das cadeias e arranjos produtivos, a promoção da sustentabilidade e a interação com os mercados e instituições culturais que atuam na cidade;
- Fomentar as diversas linguagens artísticas com a valorização de todas as cadeias produtivas na área de arte e cultura.

### **BELÉM CULTURAL**

Belém por sua essência e tradição é uma cidade cultural e com o objetivo de consolidar essa posição no cenário regional, nacional e internacional, apresentamos o programa **BELÉM CULTURAL**, baseado nos princípios da produção, difusão, formação e preservação da arte e cultura.

**BELÉM CULTURAL** terá suas ações pautadas na modernização da gestão, na participação social, em investimentos na infraestrutura cultural, na preservação patrimonial e em uma ampla e permanente agenda cultural, contemplando as inúmeras linguagens: música, dança, teatro, artes plásticas, literatura, artes visuais, audiovisual, patrimônio de natureza material e imaterial, culturas originárias, artesanato, arte contemporânea, moda, *design*, gastronomia, dentre outros.

**BELÉM CULTURAL** reconhece, valoriza e promove os artistas e trabalhadores da cultura de Belém, bem como possibilita o acesso da população às diversas manifestações e expressões artísticas, garantindo o pleno exercício de uma cidadania cultural.

## 6. ESTRATÉGICAS PARA A SAÚDE PÚBLICA

Na área da saúde Belém tem o desafio de estabelecer uma concepção de governo que tenha como objetivo estratégico mudar a cultura de como fazer saúde no município de Belém. Assim destacamos:

- Definir como prioridade a integralidade das ações no plano individual e coletivo e avançar para a intersetorialidade, envolvendo outras políticas públicas na atenção à saúde;
- Implementar, efetivamente, a equidade como olhar norteador tanto das ações e serviços de saúde quanto de cada trabalhador responsável pela sua execução;
- Reconhecer a participação da população de forma individual e coletiva, como fundamental para a qualidade dos serviços prestados, e administrar de forma transparente e democrática os eventuais conflitos advindos dessa relação.

Em síntese, devemos desenvolver a realização de uma gestão inteligente, criativa, participativa, colaborativa, transparente e sustentável que estimule o controle e a participação social, tanto no planejamento quanto na própria gestão, cujo foco é o cidadão. Isso norteará o governo que, assim, poderá revolucionar a atenção em saúde em Belém.

Nessa concepção, estabelecemos as seguintes macrodiretrizes, com o objetivo de orientar a gestão e perpassar toda a equipe técnica na implementação das ações de saúde:

- **Qualificação e profissionalização da gestão:** Para prestar um serviço de qualidade não basta ter técnicos competentes, atuando em todos os níveis da gestão. É imprescindível que os gestores estejam atualizados e pratiquem concepções e ferramentas modernas de gestão. O profissionalismo e a meritocracia são elementos fundamentais para a formação de uma equipe de gerência qualificada e comprometida com a qualidade do serviço a ser oferecido à população, bem como lhes garante respeito, ascendência e adesão dos trabalhadores de saúde na execução destes serviços;

- **Priorizar a Atenção Primária em Saúde:** Universalidade, Equidade e Integralidade são princípios que apontam fortemente para a política de saúde mais negligenciada nestes mais de 30 anos de existência legal do Sistema Único de Saúde. A ampliação da cobertura e qualificação da Atenção Primária em Saúde deve ser uma das principais marcas do governo na saúde, sem evidentemente, descuidar dos demais níveis de atenção.

A atenção primária resolutive é o pilar de um sistema de saúde que dá acesso e cuida das pessoas na intimidade do seu território. Ela promove saúde, previne agravos e trata no seu nível de atenção, lidando com a alta complexidade existente na individualidade, na cultura e na condição sócio econômica dos que vivem nas diversas realidades territoriais.

- **Intersetorialidade como política de saúde:** A intersetorialidade deveria ser prática corriqueira em um país com sistema de saúde universal como é o Brasil. O artigo 196, da carta magna de 1988, deixa isso claro ao afirmar que o dever do Estado para com a saúde é garantido mediante políticas sociais e econômicas. Portanto, é cristalino que a

política econômica, educação, mobilidade urbana, moradia, acesso ao lazer, saneamento, segurança, meio ambiente, são políticas que impactam os indicadores de saúde. Desta forma, para que a saúde seja considerada no estabelecimento destas políticas, iremos obter a melhoria dos indicadores de saúde, sendo assim a política de saúde deve ser implementada de forma transversal e integrada às demais políticas municipais.

- **Participação da comunidade como norteadora da gestão em saúde:** A saúde é a resultante de políticas sociais e econômicas que impactam a vida e o cotidiano das pessoas. Porém, as condições de saúde, doença e indícios para seu enfrentamento estão em um acúmulo de conhecimento transferido de geração a geração e adquirido, também, no exercício da vida concreta, nos territórios e espaços partilhados, dos sujeitos. O conhecimento técnico, exercitado pelos profissionais de saúde, precisa considerar esta realidade. Seus saberes devem reconhecer esta diversidade de situações e saberes em busca da forma mais adequada de fazer saúde em determinada realidade social e epidemiológica. Assim, na saúde, a gestão participativa não é retórica. A contribuição e interferência da sociedade na definição das políticas de saúde e do fazer saúde, na dinâmica cotidiana, é condição necessária para uma boa gestão e melhor resolutividade e qualidade da atenção à saúde oferecida à população.

- **Valorização dos trabalhadores de saúde:** A política de saúde é levada a efeito e tornada concreta pelos trabalhadores de saúde. São os profissionais de saúde e demais trabalhadores dos serviços de apoio que executam as diretrizes e tornam realidade a atenção à saúde. Mais que o compromisso, há que se buscar e obter a cumplicidade dos trabalhadores para fazer chegar às pessoas, até o último rincão do município, a generosa política de saúde do SUS. Para tanto, há que se executar a gestão de pessoas com atitude meritocrática, administração transparente, além de valorizar e estimular iniciativas inovadoras, desenvolver liderança, combater o patrimonialismo e o compadrio. Essa postura administrativa, exercitada por toda a gestão, é a via para conquistar a confiança dos executores da política de saúde e a sua adesão à política de saúde estabelecida.

Ao lado destas ações de gestão, compreende-se como necessárias a adoção das seguintes ações:

- **Expandir a cobertura da Atenção Básica para 75% e da Estratégia saúde da Família para 50%:** A principal estratégia que propomos para melhorar a atenção à saúde em Belém é a Atenção Primária. Estudos demonstram que a APS pode equacionar até 80% dos problemas de saúde e é de fácil acesso à população.

- **Implementar a Planificação da Atenção à Saúde:** A planificação viabiliza e propicia o desenvolvimento da Atenção Primária em Saúde nos territórios por construir mudanças efetivas na atitude e nos processos de trabalho dos profissionais que compõem as equipes assistenciais e de gestão, além de fortalecer a intersetorialidade.

- **Hospital Materno Infantil e URE Materno Infantil:** Desenvolver a linha de cuidado materno-infantil através da implantação do Pré-Natal do Bebê e do acompanhamento especializado da criança de alto risco até um ano de idade. Atender a gestante em todas as fases da gestação, viabilizando assistência adequada ao binômio (mãe e filho) até a atenção hospitalar.

- **Ampliar o Centro de Especialidades Médico-Odontológica:** Impõe-se a necessidade de garantir a continuidade do cuidado aos pacientes com agravos crônicos. Para tanto, é necessário oferecer retaguarda especializada para atender hipertensos e diabéticos de difícil controle, a fim de impactar a principal causa de mortalidade em Belém, as Doenças do Aparelho Circulatório.
- **Unidade de Saúde Fluvial:** Implementar a Unidade de Saúde Fluvial para ampliar a assistência à saúde das populações ribeirinhas.
- **Plano de Carreira para a Atenção Primária:** A principal política proposta neste plano de governo setorial é ampliar e qualificar a atenção primária através da expansão da cobertura da Estratégia Saúde da Família. Neste sentido, precisamos selecionar os melhores quadros com perfil adequado a este tipo de trabalho. Médicos e Enfermeiros são os profissionais de saúde basilares neste nível de atenção e precisamos selecioná-los e retê-los, atribuindo qualidade e sustentabilidade aos serviços.
- **Implementar a Telemedicina na rede de serviços da SESMA:** Incipiente no Brasil até a pandemia da COVID-19, a Telemedicina, ainda a ser regulamentada em nosso país, veio para ficar. O uso da tecnologia na saúde ampliará o acesso da população à atenção a saúde.
- **“Sesminha”, a Inteligência Artificial (IA) da SESMA:** A Inteligência Artificial amplia o acesso à informação e a transparência administrativa. Reduz a necessidade de deslocamentos, facilitando o acesso do cidadão aos serviços de saúde. Propomos um ousado projeto de atendimento por inteligência artificial para todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde. A IA também analisa informações, monitora agravos epidemiológicos e pode disparar alertas à gestão de modo a antecipar a identificação e solução de problemas.
- **Implantar Conselhos Distritais de Saúde e Conselhos Gestores nos Hospitais Municipais:** Descentralizar a participação da comunidade, a fim de oportunizar a manifestação, interferência e contribuição da sociedade organizada na gestão em saúde nos distritos.

### UM BREVE DIAGNÓSTICO DA SAÚDE MUNICIPAL

Belém é uma cidade com características de metrópole e ao mesmo tempo tem extensas áreas rurais e ribeirinhas. Na área urbana da cidade, grandes áreas estão abaixo da cota de 4 metros, sofrendo influência das marés altas e tendo dificuldade no escoamento das águas da chuva. O clima é quente e úmido com precipitação média anual alcançando os 2.834 mm. A temperatura média é de 25°C, em fevereiro e 26°C, em novembro (FAPESPA). Desta forma, fazer saúde em Belém é um instigante desafio: pobreza, trânsito caótico, poluição sonora, áreas alagadas, clima quente, zona ribeirinha e rural. As consequências nos mostram os indicadores de saúde. Escolhemos os mais significativos para traçar este breve diagnóstico.

As três principais causas de internação no município (2019) são: Doenças do aparelho respiratório (11,8%), causas externas (11,74%) e doenças infecciosas e parasitárias (9,60%). Infecções respiratórias agudas em crianças de 0 a 4 anos representaram 61,04% das internações e 14,31% são de pessoas com mais de 60 anos,

perfazendo um total de 75,35% dos casos. Ou seja, os extremos da vida. Os jovens, principalmente, internam por causas externas. A faixa etária de 10 a 49 anos responde por 60,72% das internações, embora a concentração (34,48%) esteja na faixa etária de 30 a 49 anos, isto é, na plenitude da fase produtiva da vida. Sobrevivem com sequelas e impactam o custeio dos serviços por exigirem tratamentos de alta complexidade e alto custo. As internações por doenças infecciosas e parasitárias tiveram uma redução de 15,84% de 2018 para 2019 e ocorreu, sobretudo, na faixa etária de 0 a 9 anos, correspondendo a 54,55% das internações. Em síntese, crianças, jovens e idosos precisam de cuidado para reduzir os principais agravos que demandam internação.

O surto de sarampo ocorrido no município em 2019/2020 demonstrou a baixa capacidade de resposta do sistema de saúde a agravos deste tipo, apesar de ser doença de enfrentamento muito bem definida tecnicamente. A baixa cobertura vacinal de 75% em 2019 corrobora esta debilidade. A tuberculose mantém o mesmo patamar de incidência dos últimos 10 anos, com taxa elevada, estando em 97,93/100.000 hab, com um total de 1.461 casos novos em 2019. A Hanseníase apresenta queda na incidência de 22,2/100.000 hab em 2010 para 9,6/100.000 hab em 2019. Um quadro preocupante, dentro das doenças transmissíveis é a AIDS. Belém é segunda capital em coeficiente de mortalidade por AIDS no Brasil. A média nacional de mortes é de 4,4/100.000 hab e a de Belém é 16,8/100.000 hab. A taxa de detecção vem subindo. Em 2008 era de 41,6/100.000 hab e em 2018 estava em 55,1/100.000 hab.

O Coeficiente Geral de Mortalidade em Belém (2019) foi de 6,41/1.000 hab, o que está na média do Brasil (6,7 mortes/1.000 hab em 2018). As principais causas de mortalidade, em ordem decrescente, foram Doenças do Aparelho Circulatório (23%), Neoplasias (17,58), Doenças do Aparelho Respiratório (15,10), Causas Externas (10,68%) e Doenças endócrinas, Nutricionais e Metabólicas (7,53%). Três destas principais causas pedem mudanças de comportamento para hábitos saudáveis, boa alimentação, prática de exercícios físicos e acompanhamento sistemático por parte da equipe de saúde: Doenças do Aparelho Circulatório, Neoplasias e Doenças endócrinas, Nutricionais e Metabólicas. Observa-se uma queda de 32,86% na mortalidade por Causas Externas, dado a ser comemorado. Apesar disso, ela atinge principalmente jovens sendo 58,11% na faixa de 20 a 39 anos e 69,18% na faixa de 10 a 39 anos, o que deve ser motivo de preocupação e busca de estratégias de combate por parte da administração municipal. Segundo o relatório do Programa Vida no Trânsito do Ministério da Saúde, no ano de 2019 em Belém, ocorreram 205 acidentes de trânsito envolvendo bicicletas e outros veículos ou objeto fixo. A Lista Única de Vítimas de Belém (LUV), em 2019, contabilizou 4.408 vítimas de acidentes de trânsito na capital. Vítimas fatais e graves são, principalmente, motociclistas com 50,0%, no primeiro semestre, e 33,02% dos acidentes, no segundo semestre.

Seguindo a tendência nacional, a Mortalidade Infantil apresenta-se em elevação desde 2017. Passou de 13,65/1.000 nascidos vivos para 14,61/1.000, chegando a 15,56/1.000 em 2019. Chama atenção o componente neonatal precoce que contribuiu com 7,43% do índice (56,10%). Esse fato nos remete a importância do pré-natal e do cuidado hospitalar na reversão deste índice.

Aproximadamente 70% das mortes maternas no Brasil ocorrem por causas obstétricas diretas, como a hipertensão, a hemorragia, a infecção puerperal e o aborto. No município, em 2019, perdemos 13 mulheres por óbito materno, o que representa um índice de 70,48/100.000 nascidos vivos. No Brasil o índice de mortalidade materna está em 64,5/100.000. Ambos índices, bem, acima da meta firmada com Organização das Nações Unidas (ONU), que preconiza 30 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos até 2030.

A rede municipal de saúde conta com 132 serviços, dos quais 86 Unidades Básicas de Saúde (29 UBS e 57 Casas Família) e 10 Casas Especializadas. As 57 Casas Família desenvolvem a Estratégia Saúde da Família com 123 Equipes de Saúde da Família e 05 Equipes de Saúde da Família Ribeirinha. Isso representa uma cobertura de 32% de ESF, muito aquém do necessário para uma boa cobertura de atenção primária. A Rede de Atenção às Urgências dispõe de 08 Unidades Básicas de Saúde (UBS) que prestam serviços básicos de Urgência e Emergência nas 24 horas, sendo que destas, 03 Unidades (Carananduba, Baía do Sol e Bengui I) funcionam, exclusivamente, com Urgência e Emergência. 21 Unidades Móveis de Nível Pré-Hospitalar (SAMU- 192), 05 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), 01 em Icoaraci, 01 na Sacramenta, 01 na Terra Firme, 01 no Jurunas e 01 na Marambaia. Completa a Rede 02 Hospitais de Pronto Socorro Municipal, 01 Hospital Geral na Ilha do Mosqueiro e mais 01 Hospital de Referência Municipal Dom Zico. O atendimento de urgência e emergência foi fortalecido nos últimos anos com a reforma geral dos Hospitais de Pronto Socorro, reforma de Unidades Básicas de Saúde e a inauguração de 05 UPAs.

O quadro funcional da SESMA, em 2019, tinha um total de 9.124 servidores, sendo 4.757 efetivos (52,14%), 1.811 temporários (19,85%), 1.322 celetistas (14,49%), 285 cedidos/municipalizados (3,49%), 621 prestadores de serviços (6,81%) e 295 são comissionados não efetivos (3,23%). Comentário técnico extraído do Plano Municipal de Saúde 2018-2021 nos mostra a dimensão do principal problema em relação à gestão de pessoas (grifos nossos): “O quadro de trabalhadores da SESMA apresenta um contingente de 94,53% servidores com vínculos protegidos (9.157), o que representa 57% de efetivos (5.189), 43% (3.968) de temporários com **apenas 5,47% em condições precárias** (524 prestadores de serviços). **Ressalta-se que esta modalidade é somente na categoria médica**, para atender a necessidade da Rede de Urgência e Emergência, que requer profissionais especializados. **As vagas no concurso público não foram preenchidas por falta demanda nessa categoria pelo não atrativo salarial**. De modo geral, o quadro de trabalhadores necessita de reequação, frente à situação de temporários e realinhamento nas categorias, em especial médicas e de enfermagem, para o atendimento na Rede Municipal de Saúde.”.

Superar o desafio da contratação de médicos é tarefa inadiável que deve ser enfrentada. Ao mesmo tempo em que dificulta o funcionamento sustentável dos serviços de saúde pela alta rotatividade, impede a seleção de profissionais com o perfil adequado para a função. Além disso, é injusto manter profissionais em condições precárias, sem garantir seus direitos sociais.

Cumprindo determinação legal o município de Belém realiza, periodicamente, Conferências Municipais de Saúde para discutir as diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Saúde e tem Conselho Municipal em funcionamento. Vale ressaltar que o processo conferencial e a escolha dos integrantes do Conselho Municipal de Saúde pode ser realizado de forma mais transparente, democrática e, particularmente, participativa. Notícia veiculada na internet aduz que apenas 200 delegados, eleitos em plenárias, participaram da última Conferência Municipal. Não existem Conselhos Distritais ou Conselhos Gestores nas unidades de saúde.

- **A problemática da saúde animal**

A chamada causa animal é um dos temas mais pungentes da atualidade e apresenta alguns desafios, como promoção da adoção, proteção à saúde, através de

ações preventivas (vacinação), controle (castração), urgências e emergências (doenças e traumas), e ambiental (destino dos animais mortos) são os mais urgentes.

É inquestionável que a atual administração alcançou progressos inestimáveis, como a implantação do Castramóvel e a construção do Hospital Público Veterinário de Belém Dr. Vahia, que deve entrar em funcionamento brevemente. O CCZ, (Centro de Controle de Zoonoses) vinculado à Secretaria de Saúde do Município e cuja missão é o controle de doenças transmissíveis pelos animais aos seres humanos, atualmente, tem capacidade para realizar 6 mil castrações/ano em cães e gatos, bem superior às 800 em 2012.

É necessário garantir a saúde de animais comunitários (sem donos definidos ou em situação de abandono) e de famílias carentes que não podem arcar com consultas, vacinações, castração ou cirurgias, entretanto o maior problema da atualidade é a superpopulação de animais em abandono, que cresceu consideravelmente por conta dos efeitos econômicos da pandemia. A castração surge como meio de controle e de promoção de saúde, sempre amparada por políticas de educação e promoção de feiras na qual se incentiva a adoção responsável.

Assim, convencidos de que a saúde humana está interligada à causa animal, a proposta do presente plano de governo é dar continuidade e incrementar os trabalhos do Centro de Controle de Zoonoses, através não só de equipamentos, bem como da melhoria de infraestrutura física e funcional; o funcionamento com plena capacidade do VPVB (Hospital Público Veterinário de Belém Dr. Vahia) concebido para responder por 720 atendimentos de urgência, 1.080 consultas, 210 cirurgias oncológicas, 60 cirurgias ortopédicas e 300 de emergência e 630 procedimentos de castração.

Também se faz necessária a expansão dos serviços do “Castramóvel” de forma a cobrir todos os bairros de Belém, incluindo região de ilhas, implantação ao longo dos três primeiros anos, de pelo menos quatro clínicas de pequeno porte, para vacinação, consultas, castração e procedimentos de baixa complexidade, nos bairros em que os serviços são considerados prementes como Guamá, Marambaia, Outeiro e Mosqueiro.

Na questão ambiental nossa proposta é a construção de unidade crematória que realize a cremação de restos mortais de animais em situação de abandono, bem como os animais de famílias carentes, as quais não possuem a possibilidade de arcar com esses serviços.

Sobre o tema, propomos ainda rever a legislação municipal (**Lei Ordinária N.º 8899, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011** -§ 5º que preconiza “ *Os animais mortos estão caracterizados na categoria de coleta dos serviços congêneres. Constatada a presença de animais mortos nas vias da cidade, esta atividade caracterizar-se-á como serviço especial/congêneres e a sua coleta será realizada eventualmente pela própria equipe.*”), regulamentando e apresentando solução para o recolhimento dos mesmos de forma eficiente, responsável e observados os preceitos sanitários.

## **7. ESTRATÉGIAS PARA O SANEAMENTO BÁSICO**

De acordo com a Lei Federal nº 11.445/07, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Inclui-se neste contexto a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que aprimora as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a

disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. A universalização do acesso aos serviços é o grande desafio dos Governos Federal, Estadual e Municipal, para o maior benefício da população e proteção dos recursos ambientais.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é de responsabilidade do Município (Ente Federativo Municipal), titular dos serviços, e deverá conter: diagnóstico da situação atual; prognóstico com os objetivos e metas de curto, médio e longo prazo; programas, projetos e ações para atingir os objetivos e metas; ações para emergência e contingência; e, mecanismos para monitoramento e avaliação da eficiência e eficácia das ações. O plano, sugestivamente, deverá ser revisado a cada 04 anos.

O Plano de Saneamento deve abranger as áreas urbana e rural do Município, além de estar articulado com o: Plano Diretor, Plano de Bacias Hidrográficas, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Plano Municipal de Recursos Hídricos, entre outros. Outro aspecto fundamental é a participação da sociedade, como parte decisória e do controle social. Para atender esse item, deverão ser realizadas audiências públicas de forma regionalizadas e unificadas aos demais distritos.

De acordo com a legislação, todo município deve elaborar um Plano Municipal de Saneamento Básico (PSMB). Ele deve contemplar os quatro serviços básicos:

- **1º Abastecimento de água potável;**
- **2º Esgotamento sanitário;**
- **3º Manejo de resíduos sólidos;**
- **4º Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.**

Dessa maneira, pretende-se levantar um diagnóstico do saneamento básico do município, verificando as deficiências e necessidades. Assim, pode-se planejar objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para o estabelecimento e propagação do acesso aos serviços pela população. Assim, o plano atua como uma ferramenta estratégica de gestão para as prefeituras, titulares do serviço.

É importante ressaltar que o Plano é obrigatório a todos os municípios, para todas as suas áreas (localidades urbanas, rurais, adensadas e dispersas), exceto para as regiões metropolitanas que devem compartilhar a titularidade.

## **JUSTIFICANDO SUA IMPORTÂNCIA**

O Decreto nº 7.217/2010 determina que, a partir de 2018, os municípios só receberão os recursos da União, destinados ao investimento em saneamento básico, caso tenham elaborado o PMSB. Busca-se, assim, tornar-se um referencial para a obtenção do financiamento e valorização do bom uso dos recursos públicos através do planejamento e controle social.

Além disso, objetiva-se viabilizar os recursos, por meio de diretrizes, metas e cronogramas para os investimentos, e reduzir as incertezas e riscos na condução da Política Municipal.

Não obstante, o Plano deve interagir com outros instrumentos e planos setoriais existentes. Como, por exemplo, o Plano Diretor do Município, para um melhor planejamento das ações.

## BENEFÍCIOS DO PLANO

De acordo com o Instituto Trata Brasil, a participação da sociedade é fundamental no processo de elaboração do PMSB para apresentação dos cenários e, principalmente, para a discussão sobre os prazos e tarifas dos serviços. Aliás, a lei prevê a mobilização social na elaboração, aprovação, execução, avaliação e revisão do Plano, que deve ser feita a cada quatro anos.

Se bem executado, o planejamento é capaz de promover a segurança hídrica, prevenir doenças, reduzir as desigualdades sociais, preservar o meio ambiente, reduzir acidentes ambientais e desenvolver economicamente o município.

## ETAPAS DO PLANEJAMENTO

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Belém deve conter, no mínimo:

- 1) Diagnóstico da situação do saneamento e seus impactos nas condições de vida. Leva-se em consideração indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos;
- 2) Objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a propagação do sistema. Deve ser compatível com outros planos do município e do estado;
- 3) Ações emergenciais e de contingência;
- 4) Mecanismos e procedimentos de avaliação da eficiência e eficácia das ações planejadas.

Assim, faz-se necessário dividir a elaboração do PMSB em etapas para facilitar e abranger todos os requisitos previstos em lei.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                              |                           |                  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                              |                           |                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                              |                           |                  |
| Atualmente, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) – ano base 2017, apenas 71,3% da população do município apresenta abastecimento de água potável, sendo considerada a 90ª cidade nos indicadores de saneamento entre as 100 maiores do país, de acordo com o novo “Ranking do Saneamento nas 100 Maiores Cidades” publicado pelo Instituto Trata Brasil em 2019. |                              |                           |                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                              |                           |                  |
| Atender 100% da população urbana de Belém com a <i>Rede de Distribuição de Água até 2024</i> , dependendo do aporte de recursos financeiros junto aos governos Estadual, Federal e Instituições Financeiras, diretamente pelo Município ou, através de concessão pública, com base na Lei Federal 14.029/20, possibilitando, ainda, que este programa seja estendido até 2025.                                |                              |                           |                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                              |                           |                  |
| <b>Curto Prazo</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>Médio Prazo 2022-2022</b> | <b>Longo Prazo (2022-</b> | <b>R\$ - PPA</b> |

| (2021)                            |                                   | 2025)                                 |      |
|-----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|------|
| Executar 20% do objetivo proposto | Executar 60% do objetivo proposto | Executar de 100% do objetivo proposto | 2021 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                               |                                                 |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------|-----------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                               |                                                 |           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                               |                                                 |           |
| (...)                                                                                                                                                                                                                                                               |                                               |                                                 |           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                               |                                                 |           |
| Elaborar o Plano de Tratamento e Segurança da Água para Belém, seguindo as recomendações do Manual para o Desenvolvimento e a Implantação de Planos de Segurança da Água, editado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Associação Internacional da Água (IWA). |                                               |                                                 |           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                               |                                                 |           |
| Curto Prazo (2021)                                                                                                                                                                                                                                                  | Médio Prazo 2022-2022                         | Longo Prazo (2022-2025)                         | R\$ - PPA |
| Implantar 100% do objetivo proposto                                                                                                                                                                                                                                 | Implantar e revisar 100% do objetivo proposto | Implantar e aprimorar 100% do objetivo proposto | 2021      |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <p>O município de Belém possui atualmente 14 (quatorze) bacias hidrográficas. A maior parte da área continental do município encontra-se em cotas inferiores a 4 (quatro) metros, estando, portando, diretamente sob influência dessas bacias, o que, por conseguinte, lhes impõem uma condição de terrenos alagados ou sujeitos a inundações permanentemente ou de maneira intermitente.</p> <p>Com 36,4% de perdas de água, o indicador de perdas na distribuição mostra, do volume de água potável produzido, quanto não é efetivamente consumido pela população. Para termos uma noção, a perda média entre as 100 cidades é de 43,14 % e a do país é de 38,3%.</p> <p>Na mesma medida, devemos somar esforços tanto para o uso racional da água, como fator fundamental para sensibilização da sociedade, quanto para a necessidade urgente da sua correta utilização, sempre de forma consciente, sustentada e contributiva com as gerações futuras.</p> |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Estabelecer o <i>Programa de Combater às Perdas e o Uso Racional da Água</i> no sistema de abastecimento e usufruto, trazendo como resultado a redução do desperdício de água nas atividades cotidianas (residencial, comercial, pública e industrial) da população de Belém.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

| <b>Curto Prazo (2021)</b>             | <b>Médio Prazo 2022-2022</b>                      | <b>Longo Prazo (2022-2025)</b>                   | <b>R\$ - PPA</b> |
|---------------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------|
| Elaborar de 100% do objetivo proposto | Elaborar e Implantar de 100% do objetivo proposto | Implantar e Modernizar 100% do objetivo proposto | 2021             |

| <p>Justificativa: Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), com dados de 2018, divulgada no final de 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do total de pessoas vivendo em casas sem esgoto: 63% (46,526 milhões de pessoas) moram no Norte e no Nordeste. No Norte, 79,3% dos habitantes moram em domicílios sem esgoto sanitário. Esses números em Belém, capital do Pará, são alarmantes, pois somente 13% das residências possuem coleta de esgoto.</p> <p>Para intensificar o cenário caótico, já existente na capital, a “Cidade das Mangueiras” está se transformando na “Cidade do Alagamento”, com constantes localidades alagadas, mesmo com chuvas fracas, o que resulta em perdas materiais e, em alguns casos, humanas.</p> |                                              |                                            |                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|--------------------------------------------|------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                              |                                            |                  |
| Tratar 100% do <i>Esgoto Coletado</i> da área urbana não atendida de Belém.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                              |                                            |                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                              |                                            |                  |
| <b>Curto Prazo (2021)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <b>Médio Prazo 2022-2023</b>                 | <b>Longo Prazo (2023-2028)</b>             | <b>R\$ - PPA</b> |
| Implantar 20% do objetivo proposto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Implantar e revisar 50% do objetivo proposto | Revisar e manter 100% do objetivo proposto | 2021             |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |  |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |  |  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |  |  |
| Atualmente, pouco mais de 13% da população urbana do município de Belém é atendida por Rede Coletora de Esgoto.                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |  |  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |  |  |
| Propiciar à população urbana de Belém 100% de acesso à <i>Rede de Coletora e Afastamento de Esgoto</i> , dependendo do aporte de recursos financeiros junto aos governos Estadual, Federal e Instituições Financeiras, diretamente pelo Município ou, através de concessão pública, com base na Lei Federal 14.029/20, possibilitando ainda, que este programa seja estendido até 2025. |  |  |  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |  |  |

| <b>Curto Prazo (2021)</b>          | <b>Médio Prazo 2021-2023</b>                 | <b>Longo Prazo (2023-2028)</b>                        | <b>R\$ - PPA</b> |
|------------------------------------|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------|
| Implantar 20% do objetivo proposto | Implantar e revisar 20% do objetivo proposto | Implantar, revisar e manter 100% do objetivo proposto | 2021             |

| Destinação da produção dos lodos produzidos em galerias, canais e demais estruturas públicas, objetivando atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos. |                                              |                                                       |                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------|
|                                                                                                                                                            |                                              |                                                       |                  |
| Implantar processor alternativo de sustentabilidade pelo <i>Programa de Tratamento e Destinação dos Lodos</i> .                                            |                                              |                                                       |                  |
|                                                                                                                                                            |                                              |                                                       |                  |
| <b>Curto Prazo (2021)</b>                                                                                                                                  | <b>Médio Prazo 2022-2022</b>                 | <b>Longo Prazo (2022-2025)</b>                        | <b>R\$ - PPA</b> |
| Implantar 20% do objetivo proposto                                                                                                                         | Implantar e Revisar 50% do objetivo proposto | Implantar, Revisar e manter 100% do objetivo proposto | 2021             |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |  |  |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |  |  |  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |  |  |  |
| <p>Na perspectiva de proporcionar melhorias à qualidade de vida no Município, as propostas que serão apresentadas a seguir, são direcionadas ao serviço público e ao gerenciamento dos resíduos sólidos sob a responsabilidade indireta da Administração Municipal, embora também incluam algumas abordagens sobre resíduos cuja responsabilidade é atribuída ao agente produtor. Além disso, foram norteadas segundo princípios fundamentais voltados à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, constituídas como exigência legal (PNRS – Lei nº 12.305/10), que são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- prevenir a não geração de resíduos na fonte, sempre que possível;</li> <li>- proporcionar o máximo reaproveitamento dos resíduos, através de reciclagens, compostagens e geração de energia, produtos e serviços, se possível; e</li> <li>- estabelecer a disposição final dos rejeitos em condições técnicas adequadas.</li> </ul> |  |  |  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |  |  |  |
| Estabelecer o Programa de Aperfeiçoamento de Coleta e o Manejo dos Resíduos Sólidos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  |  |  |

| Urbanos;                                                                                                                                     |                                                                                                                |                                                                                                                  |                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Universalizar a coleta convencional no município de Belém, contemplando 100% da área rural e melhorar a eficiência da coleta na área urbana. |                                                                                                                |                                                                                                                  |                  |
| <b>Curto Prazo (2021)</b>                                                                                                                    | <b>Médio Prazo 2022-2023</b>                                                                                   | <b>Longo Prazo (2022-2025)</b>                                                                                   | <b>R\$ - PPA</b> |
| Implantar 35% da coleta Rural e 50% da Coleta Mecanizada na Mecanização Urbana, referente ao objetivo proposto                               | Implantar 60% da coleta Rural e 80% da Coleta Mecanizada na Mecanização Urbana, referente ao objetivo proposto | Implantar 90% da coleta Rural e 100% da Coleta Mecanizada na Mecanização Urbana, referente ao objetivo proposto. | 2021             |

| Apesar da existência da Coleta Seletiva na área urbana do Município e da existência de Cooperativas pactuadas com a Prefeitura, a quantidade de materiais recicláveis coletados, está muito abaixo do potencial de resíduos recicláveis gerados em Belém. Nesse sentido, a sistematização e aperfeiçoamento do serviço estão ligados a fatores, como: a adequação e profissionalização das cooperativas de reciclagens, a efetiva educação e participação da sociedade na separação dos resíduos sólidos. Portanto, há necessidade de reestruturação do programa existente de Coleta Seletiva. |                                  |                                   |                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|------------------|
| <i>Ampliar e Melhorar o Programa de Coleta Seletiva Municipal.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                  |                                   |                  |
| <b>Curto Prazo (2021)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>Médio Prazo 2022-2022</b>     | <b>Longo Prazo (2022-2025)</b>    | <b>R\$ - PPA</b> |
| Coletar 40% do objetivo proposto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Coletar 60% do objetivo proposto | Coletar 100% do objetivo proposto | 2021             |

|                                                                                                                                                                                           |  |  |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|
|                                                                                                                                                                                           |  |  |  |
| É considerável o volume de resíduos coletados pela varrição pública de vias e sarjetas e a sua composição costuma ser bastante variável, com maior proporção para folhagem. A limpeza das |  |  |  |

| vias públicas é considerada um serviço complementar de limpeza pública de grande importância, pois se reflete na melhoria da circulação de veículos, na higienização dos locais de passeio público e na prevenção das enchentes. Desta forma, a instalação de novos coletores de resíduos em locais estratégicos, a limpeza de bocas de lobo manual e mecanizada e a varrição mecanizada são serviços importantes a serem implementados e aprimorados constantemente. |                                                |                                                 |                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                |                                                 |                  |
| <i>Aprimorar a Eficiência e Eficácia na Limpeza de Vias e Logradouros Públicos.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                |                                                 |                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                |                                                 |                  |
| <b>Curto Prazo (2021)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <b>Médio Prazo 2022-2022</b>                   | <b>Longo Prazo (2022-2025)</b>                  | <b>R\$ - PPA</b> |
| Implantar 40% do objetivo proposto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Implantar e aprimorar 80% do objetivo proposto | Implantar e aprimorar 100% do objetivo proposto | 2021             |

| Os resíduos especiais abordados pela Lei Federal nº 12.305/2010 devem ser gerenciados pelos seus geradores, no que concerne às reciclagens das embalagens e pós-consumo. Para tanto, os acordos setoriais devem ser elaborados entre os setores produtivos e comerciais geradores de tais resíduos e os governos municipais, considerando, principalmente, os custos de coleta e tratamento. |                                                |                                                 |                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                |                                                 |                  |
| <i>*Implantar Programa de Logística Reversa Municipal com assinatura de acordos setoriais com as diferentes cadeias de resíduos.</i>                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                |                                                 |                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                |                                                 |                  |
| <b>Curto Prazo (2021)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <b>Médio Prazo 2022-2022</b>                   | <b>Longo Prazo (2022-2025)</b>                  | <b>R\$ - PPA</b> |
| Implantar 60% do objetivo proposto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Implantar e aprimorar 80% do objetivo proposto | Implantar e aprimorar 100% do objetivo proposto | 2021             |

|                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |  |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|
|                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |  |  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |  |  |
| É considerado um dos maiores desafios da atualidade na gestão de resíduos sólidos, devido, principalmente, ao grande volume gerado. No entanto, esses resíduo-compostos, principalmente por entulhos - apresentam condições de reaproveitamento. As metas abaixo têm as suas |  |  |  |

| realizações condicionadas ao modelo a ser definido para a gestão destes resíduos e sob financiamento dos seus “produtores” *(prospectar possíveis benefícios fiscais e/ou incentivos econômicos à indústria de reaproveitamento de RCC). A falta de regularização destas ferramentas de gestão dificulta o gerenciamento dos Resíduos de Construção Civil, ocasionando mais problemas relativos ao tema. |                                                |                                                 |                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                |                                                 |                  |
| <i>Implantar, em parceria com o setor privado, Programa de Gestão de Resíduos de Construção Civil.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                |                                                 |                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                |                                                 |                  |
| <b>Curto Prazo (2021)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <b>Médio Prazo 2022-2022</b>                   | <b>Longo Prazo (2022-2025)</b>                  | <b>R\$ - PPA</b> |
| Implantar 40% do objetivo proposto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Implantar e aprimorar 60% do objetivo proposto | Implantar e aprimorar 100% do objetivo proposto | 2021             |

| <p>Quanto às proposições, objetiva-se os serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas sob responsabilidade da Administração Municipal de Belém, e incluem também algumas abordagens ambientais e de fiscalização, das quais envolvem outras Secretarias Municipais.</p> <p>Os objetivos que apresentamos, a seguir, têm como base os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As conclusões sobre a avaliação do Diagnóstico do Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas;</li> <li>- Os estudos de demanda que projetaram cenários tendenciais da drenagem urbana no município de Belém;</li> <li>- Os indicadores de desempenho para o monitoramento dos serviços de saneamento básico, referentes à drenagem urbana.</li> </ul> |                                                |                                        |                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------------|------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                |                                        |                  |
| <i>Mapear e Reduzir os Pontos de Alagamento e Inundações.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                |                                        |                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                |                                        |                  |
| <b>Curto Prazo (2021)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>Médio Prazo 2022-2022</b>                   | <b>Longo Prazo (2022-2025)</b>         | <b>R\$ - PPA</b> |
| Implantar 80% do objetivo proposto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Implantar e aprimorar 90% do objetivo proposto | Implantar e aprimorar 100% do objetivo | 2021             |

|  |  |          |  |
|--|--|----------|--|
|  |  | proposto |  |
|--|--|----------|--|

## 8. ESTRATÉGICAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Em nosso cotidiano, a segurança pode significar muito mais do que confiança; a segurança como bem comum; a segurança da assistência social, da saúde, da educação, do trabalho, da proteção. Fundamentalmente, à luz de nossa Carta Magna, significa assegurar ao cidadão o direito de ir e vir, com o mínimo de risco.

A materialização desse direito, em se tratando de nossa cidade, requer, primeiramente, um diagnóstico que identifique os óbices e oportunidades decorrentes das migrações, de relações econômicas e sociais e do aumento considerável da população nos últimos cinquenta anos.

Os planos elaborados pelos gestores estadual e municipal, nas últimas décadas, não foram compatíveis com essa expansão populacional ou não foram implementados adequadamente. Como exemplo dessa observação, a última área planejada para expansão da cidade foi o projeto habitacional criado pela COHAB, em 1970, conhecido como Cidade Nova, considerado o maior conjunto habitacional planejado do estado, hoje pertencente ao município vizinho de Ananindeua. Nessa época, tinha-se uma cidade mais arborizada, limpa, organizada, que já sentia os impactos sociais e de urbanização acelerada, decorrentes do progressivo aumento populacional registrado.

A conjugação de fatores como o crescente aumento do fluxo populacional, a não implementação antecipada de espaços para ocupação planejada, como exemplificado anteriormente, e o avanço dos investimentos imobiliários nas áreas centrais da cidade, favoreceram a promoção de invasões e a ocupação desordenada das áreas periféricas da cidade, com formação de guetos desprovidos de políticas públicas, relegando os seus ocupantes à própria sorte e à mercê de criminosos, gerando o medo na população.

Para proteger-se, uma parcela da sociedade construiu e elevou muros, instalou grades, concertinas e equipamentos eletrônicos de vigilância, motivados pela sensação de insegurança. O cidadão paga seus impostos para receber serviços públicos, incluindo a segurança pública, e se vê diante da necessidade de dispendir recursos para arcar com serviços privados de segurança, caracterizando praticamente um caso de bitributação, o que também acontece com o setor da saúde.

Nos últimos trinta anos, o crescimento de empresas de segurança privada nos estados aumentou consideravelmente, bem como os projetos imobiliários que usam a segurança como mote de vendas dos imóveis, gerando projetos de condomínios fechados que se proliferam em áreas antes consideradas espaços para construção de conjuntos habitacionais populares. Construíram-se muros, separamos as pessoas, as famílias, permitimos que elas perdessem o último espaço de relações sociais, as calçadas em frente às portas de suas casas. A ausência do poder municipal e do estado nesses espaços resultou em índices preocupantes de criminalidade em nossa cidade.

É fato que os desafios para o futuro gestor público municipal, na área de segurança, são enormes, mas devem ser enfrentados e incluídos como prioridades no Plano de Governo de quem tem compromisso, seriedade, honestidade e amor pelo povo e por Belém. O presente plano estratégico pretende atender essa premissa.

Não há como pensar em fazer a gestão de uma cidade sem integrar as instituições dos entes federativos, que atuam nas mais diversas áreas públicas dentro do

espaço físico municipal, sendo necessário o exercício da **governança**, como premissa para viabilização da mitigação das dificuldades e das crises na sociedade.

Na área de segurança pública, a promulgação da Lei Federal nº 13.675/2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do §7º do art. 144 da Constituição Federal, cria a política nacional de segurança pública e defesa social; institui o sistema único de segurança pública (SUSP), além de alterar diversos artigos de legislações das Instituições de Segurança, incluindo as Guardas Municipais.

Na referida Lei, consta como estratégia, garantir a integração, coordenação e cooperação federativa, a interoperabilidade, liderança situacional, modernização da gestão das instituições de segurança pública entre outras premissas, conforme art. 7º da Lei em questão. Portanto, integrar as ações entre as instituições dos entes federados, não é somente uma necessidade, um desejo ou prioridade, mas o cumprimento de um preceito legal.

Todavia, para materializar o previsto, na legislação em questão, são necessários investimentos vultosos em recursos humanos, equipamentos, estruturas e logística. Logo, será necessário um plano estratégico com curto, médio e longo prazo, incluindo a captação de recursos por meio de parcerias pública privada (PPP).

Nesse sentido, a Segurança Pública envolve todos os modais e ferramentas públicas, que devem funcionar como um sistema, corpo, no qual, metaforicamente, as artérias seriam as vias urbanas; os órgãos interdependentes responsáveis pela coordenação do fluxo de todas as necessidades do corpo social, a tempo e a contento; e o cérebro a gestão, o que decide, usando todos os sentidos, vendo, ouvindo, refletindo sobre os fatos sociais, buscando soluções, a fim de servir a sociedade com inteligência e habilidades, que proporcionem segurança aos cidadãos belenenses, derrubando os muros que nos separam, que nos isolam e nos deixam mais vulneráveis. Por isso, é possível indicar as seguintes ações estratégicas:

- Implementar o Centro de Comando e Controle Municipal (CCCM), com inclusão dos recursos humanos das áreas da Guarda Municipal, agentes de trânsito, Gabinete de Gestão Integrada Municipal, agentes da saúde (192), Sistema de Segurança do Estado, companhia de águas, de energia, tecnologia, empresas privadas de segurança, entre outras, que possam agregar soluções para gerenciamento de crises, acidentes e incidentes, com funcionamento 24 horas, nos moldes do Centro de Nova York, EUA. Todas as cidades, que foram sede da última copa do mundo, receberam esses centros do governo federal;
- Criar a Secretaria Municipal de Segurança Pública, onde será vinculado a Superintendência de Mobilidade Urbana (SEMOB), Guarda Municipal. Ordem Urbana e Defesa Civil;
- Acelerar a implementação de fibra ótica pela cidade, viabilizando as áreas de integração social e instalação de semáforos eletrônicos, possibilitando o controle do trânsito, pelo Centro de Comando e Controle Municipal (CCCM);
- Reordenação das vias públicas, viabilizando o direito de ir e vir de todos os cidadãos, cadeirantes, transeuntes e veículos com mais segurança;

- Ocupação dos bairros mais carentes e perigosos, inicialmente, com apoio do sistema de segurança, e posteriormente, com todas as instituições de políticas públicas, incluindo as obras de saneamento básico;
- Expansão das áreas de esporte e lazer nos bairros;
- Resgatar as ruas de lazer aos domingos e feriados para a sociedade;
- Expandir a feira da Praça da República, utilizando a avenida presidente Vargas, nos domingos e feriados. A referida ação poderá ser realizada em outras áreas;
- Viabilizar um espaço qualificado e digno para a Guarda e Agentes da Superintendência de Mobilidade Urbana (SEMOB);
- Implantar painéis de LED pelos corredores principais de trânsito, informando os motoristas sobre o trânsito e alternativas de fluxo;
- Expandir, em parceria com a Secretaria de Segurança do Estado, no que couber, a integração das câmeras instaladas na cidade;
- Incluir o aplicativo do cidadão, no Centro de Comando e Controle Municipal (CCCM).
- Ordenamento da orla fluvial da capital, com implantação de portos aduaneiros, com maior controle da entrada de produtos e materiais.
- Ampliar a presença do município, com serviços essenciais, nas ilhas.

## **9. ESTRATÉGIAS PARA A MOBILIDADE URBANA**

Na última década, o desafio dos grandes centros urbanos tem sido de inverter a lógica do deslocamento nas cidades, priorizando os deslocamentos de curta distância ao invés dos deslocamentos de longa distância, pensando a cidade para os pedestres, como um espaço de vivência, ao contrário do planejamento urbano que vem sendo implementado há décadas, no qual a cidade é concebida como mero fluxo de pessoas, dando prioridade aos veículos automotores.

Portanto, a nova forma de pensar a cidade é um instrumento primordial para que o município economize recursos, evitando o gasto com obras viárias de grande porte e reduzindo a necessidade de maior patrulhamento pelas forças de segurança nas ruas e de manutenção do espaço público, visto que a maior presença dos indivíduos na cidade contribui para um menor índice de atividades criminosas, além de permitir que a população se aproprie da cidade, zelando pela infraestrutura implantada.

Os aplicativos de mobilidade urbana e demais iniciativas do setor privado têm sido essenciais e inovadores para tratar tal problemática de forma descentralizada e personalizada, possibilitando que o poder público não assuma esses custos de maneira integral.

Isto posto, apresenta-se as seguintes propostas através de projetos agrupados em eixos por escala de abrangência, com base no diagnóstico apresentado no Plano de Mobilidade Urbana de Belém (2018). Trazer para o debate tecnologias e soluções desenvolvidas no mundo, e perfeitamente aplicadas ao nosso contexto, a um custo

baixo, em parceria com a iniciativa privada é fundamental. Portanto, os eixos consistem em:

- **Escala da Vizinhança** - Correspondente a trajetos feitos a pé, por pessoas que se deslocam até 1000 metros de distância, de acordo com média global apresentada no gráfico abaixo:



- **Escala do Bairro e Adjacências** - Trajetos feitos tanto a pé, quanto com uso de modais de mobilidade ativa: Skate, Bicicleta, Patinetes etc.;
  - **Escala da Cidade** - Quando as distâncias necessitam de transporte motorizado, de veículos particulares, a serviços de carona paga, táxi, transporte público e/ou transporte de massa, além do **fluxo de pessoas e mercadorias** da região das insular de Belém;
  - **Escala Metropolitana** - Envolve a mobilidade entre os 6 municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, mais as conexões da cidade com o interior através de seus portos públicos e particulares.
- Os referidos eixos impactam diretamente nos problemas de mobilidade que a cidade enfrenta. Esse item apresenta um breve diagnóstico da situação em relação ao tema, muito, embora um plano isolado, visando a mobilidade não seja capaz de resolver os problemas. Alagamentos na época das chuvas, vias fechadas tanto por conta de urbanização desordenada, quanto por medo em relação a determinadas áreas da cidade, imprimem a necessidade de atuar holisticamente em diversas frentes que irão impactar na mobilidade dos cidadãos.

## Eixo 01 - Escala da Vizinhança e o Deslocamento a pé.

### 1. Deslocamento a pé

Segundo dados do site MOBILIZE, e do CAOS PLANEJADO, cerca de um terço ou mais dos deslocamentos são a pé, no entanto, o mesmo não é uma prioridade do PLANMOB.

Para que o deslocamento a pé ocorra, é necessário que haja padrões mínimos de segurança e conforto no deslocamento a pé. Os gráficos abaixo mostram em que situação se encontra o deslocamento a pé em Belém:

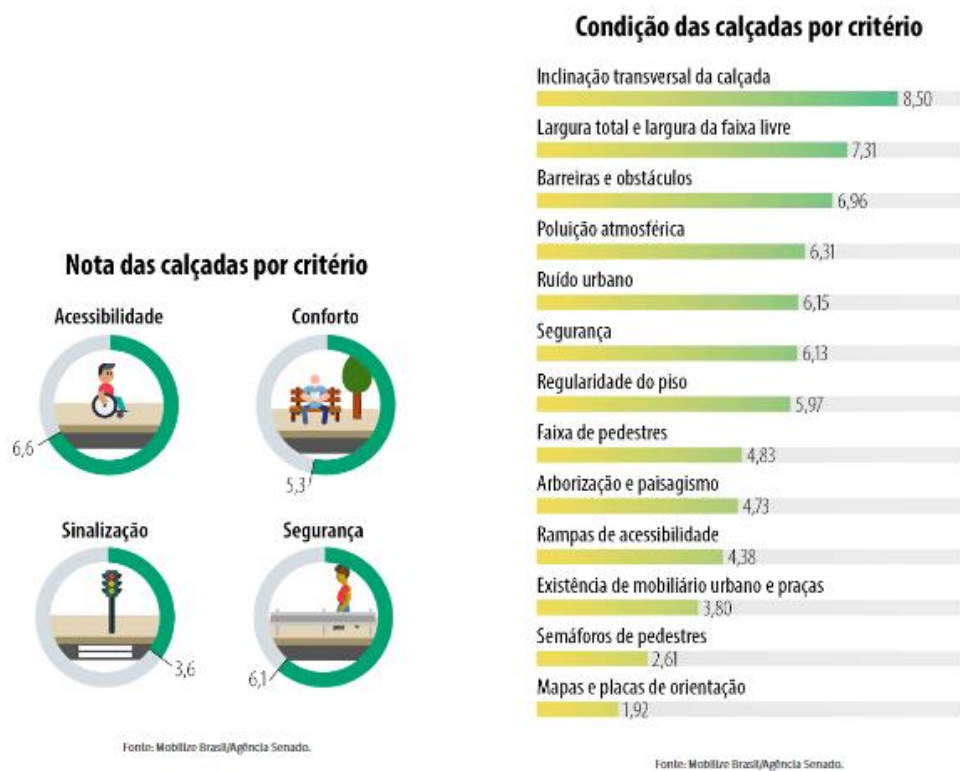
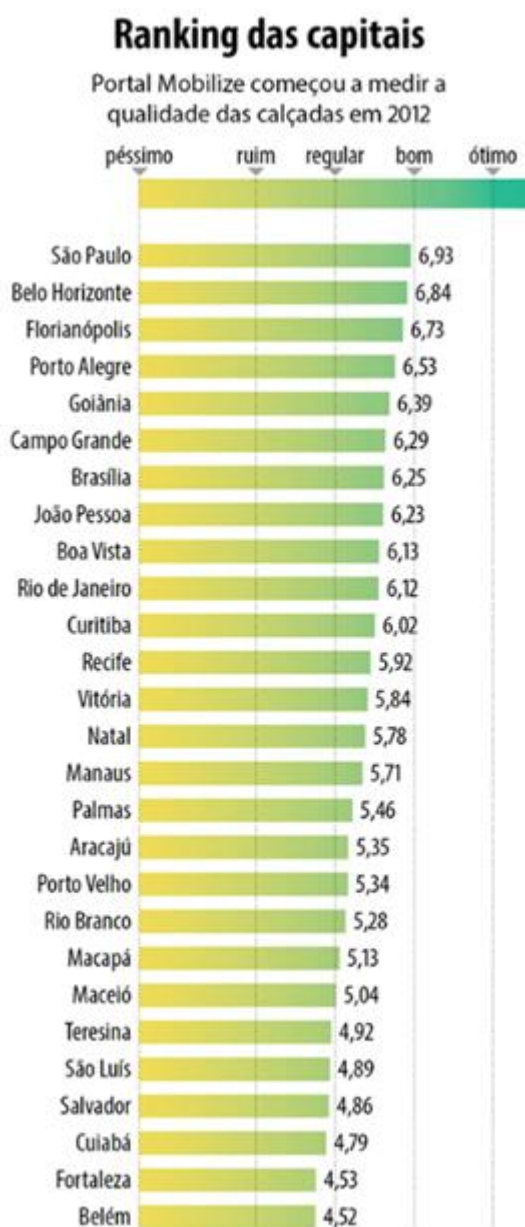


Figura 1 - Fonte: <https://caosplanejado.com/territorio-sem-dono-calcadas-brasileiras-revelam-negligencia-com-o-pedestre/>



Fonte: Mobilize Brasil/Agência Senado.

Figura 2 – Fonte: <https://caosplanejado.com/territorio-sem-dono-calcadas-brasileiras-revelam-negligencia-com-o-pedestre/>

O quadro a seguir extraiu do Plano de Mobilidade os principais problemas para a caminhabilidade da cidade e apresenta propostas de ações necessárias para resolver tais problemas.

| Problemas no Deslocamento a pé segundo o PLANMOB                                                                                                                                                                                                                       | Ações Propostas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Estado precário das calçadas, indistintamente em áreas centrais ou periféricas, e inadequação à acessibilidade universal;</li> <li>Inexistência de estudos direcionados para as demandas de circulação de pedestres;</li> </ul> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Uso de ferramentas de urbanismo tático: Criação de faixas verdes para trânsito de pedestres em vias que não dispõem de calçada, para posterior implementação de calçadas estruturadas.</li> <li>2. Uniformização e municipalização das calçadas em zonas residências.</li> </ol> |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desatualização do instrumento normativo: Lei nº 7.055 de 30 de dezembro de 1977 - Código de Posturas do Município de Belém;</li> <li>• Falta de implementação da Lei nº 8.909 de 29 de março de 2012 – institui o Plano Municipal de Arborização Urbana de Belém e do Decreto nº 75.278 de 10 de abril de 2013 - Manual de Orientação Técnica da Arborização Urbana de Belém, priorizando as principais vias de Belém, principalmente as que possuem um fluxo relevante de pedestres;</li> <li>• Descumprimento da Lei Federal nº 10.098/2000 e do Decreto Federal nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.</li> </ul> | <ol style="list-style-type: none"> <li>3. Extenso Plano de Arborização da cidade e em vias comerciais de coberturas que protegem da radiação solar.</li> <li>4. Cobrança de taxa sobre calçadas fora do padrão em áreas comerciais.</li> </ol> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Sobre as Propostas:

### 1. Urbanismo Tático:



Uso de pinturas como a faixa verde para trânsito de pedestres.

### 2. Uniformização e municipalização das calçadas

A atual forma de gestão das calçadas, no qual o lote adjacente é responsável pela manutenção, claramente não funcionou. Temos calçadas sem uniformidade, com desníveis, buracos, com materiais degradados, que dificultam não apenas a locomoção de pessoas com dificuldade de deslocamento, mas também a própria caminhabilidade da cidade, o que é essencial para a vivência que se deve buscar.

Hoje, a gestão desses espaços públicos funciona como uma “privatização mal feita”, onde não se entende que as calçadas são espaços públicos e não privados do lote adjacente, dificultando a interface público-privada que também é um fator muito importante. Esses pontos acabam por exigir que a responsabilidade desses espaços seja entregue novamente ao município, que pode buscar investimentos privados ou mesmo terceirizar a construção, manutenção e gestão das calçadas.

### 3. Plano de Arborização e Proteção do Sol.

Em um plano ideal, deve-se aumentar a cobertura vegetal de toda a cidade, principalmente em áreas que apresentam quase nenhuma proteção aos pedestres. No entanto, árvores demoram a crescer, portanto, a solução é a plantação de mudas através de parcerias com universidades e entidades privadas, somada à instalação de equipamentos de proteção e geração de sombra, como o criado para esta vila na Nigéria, do escritório **Atelier Masomi**.



A criação desse equipamento urbano pode vir de concursos, convênios com escolas de *design*, artes, arquitetura, podendo, ainda, ser resultado de encontros de *design* participativo realizados nos *makerspaces* da **Rede Resposta**, ou serem patrocinados por empresas.

#### Eixo 02 - Escala do Bairro e Adjacências.

##### 1. Modal Bicicleta

Características encontradas no PLANMOB: "O percentual de ciclistas em 1990 era de 1,0% da população da RMB e, em 2000, subiu para 5,7%. Das viagens realizadas em 1990, 53,5% foram feitas de ônibus, 12,7% de automóveis, e 29,3% a pé e de bicicleta; em 2000, essas proporções haviam mudado para 44,6%, 12,1%, e 42%, respectivamente"

Ademais, o transporte ativo na escala do bairro é mais presente nas periferias que no centro, embora as calçadas e estruturas cicloviárias sejam mais precárias nesses contextos.

| Problemas Encontrados                               | Ações Propostas                                      |
|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| 1. Existe o transporte motorizado dentro do próprio | 1. Ampliar a infraestrutura cicloviária na escala do |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| bairro, muito embora não seja o ideal para este projeto.<br>2. O calor e a falta de estrutura desestimulam o transporte ativo.<br>3. A estrutura existente de ciclovias e ciclofaixas estão nas vias estruturantes da cidade.<br>4. Assaltos constantes à ciclistas na cidade. Cerca de 200 assaltos nos primeiros 6 meses de 2020.<br>5. Constantes acidentes com mortes de ciclistas na cidade. | bairro, <b>conforme a proposta plano de mobilidade urbana</b> de Belém, como as de bicicleta e patinetes compartilhados.<br>2. Atrair empresas de Mobilidade Ativa para a cidade.<br>3. Integrar as bicicletas no transporte por ônibus na cidade. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

### Sobre as Ações:

- **Ampliar Infraestrutura.**

Hoje, Belém conta aproximadamente com 130 Km de ciclovias e ciclofaixas, no entanto a malha é pensada a partir das vias estruturantes, aplicando ciclovias apenas nos principais corredores de transporte motorizado. A proposta do uso da bicicleta, enquanto modal, é de uso na escala do bairro e adjacências. Portanto, é necessário mapear vias onde seja possível criar ciclovias confinadas, a fim de garantir a segurança dos ciclistas, e ciclorrotas, vias sem separação, mas com trânsito de velocidade máxima em 30 km/h, cujo risco de acidentes é bem reduzido. Também é importante criar *checkpoints*, tanto para segurança, quanto para troca de pneus e outros serviços necessários aos ciclistas.

- **Bike e Scooter-sharing: Grow (Grin e Yellow), Jump, Lime, Uber, Itaú, Loop, entre outros**

A chamada mobilidade ativa é importante para incentivar deslocamentos não poluentes capazes de melhorar a qualidade de vida e a saúde da população. No entanto, o desafio que enfrentamos é o da infraestrutura para atrair tais empresas, por isso é necessário um plano cicloviário integrado, além da construção e manutenção da infraestrutura. O município pode criar parcerias público-privadas com empresas dispostas a financiar a construção, manutenção e gestão dessa infraestrutura, por meio da exploração comercial da área. O modelo de financiamento já foi discutido e implementado por outros municípios, chamado de “Abrace uma Ciclovia”.

- **Integração interModal.**

Instalação de *racks* em ônibus, pelo menos no BRT (ver modal ônibus), e trânsito livre de bicicletas no transporte fluvial.

## Eixo 03 - Escala da Cidade

### 1. Modal ônibus

Características extraídas do Plano de Mobilidade Urbana de Belém:

- "A distribuição mais recente de viagens por modo [...], apresenta uma taxa de uso do transporte público de aproximadamente 73%, no pico da manhã, e de 65% no total de viagens diárias. Vale ressaltar que características como o volume de tráfego e as

condições de infraestrutura viária dos corredores de transporte público aumentam a complexidade dos problemas e as suas consequências para o gerenciamento do trânsito. Durante a década de 1990, as viagens no sentido bairro-centro apresentaram crescimento de 7,7% a 9,9% do tráfego diário no horário de pico, das 7h às 8h, nos principais corredores de transporte público (Avenidas Augusto Montenegro e Almirante Barroso)."

- "O modal ônibus é composto por **191 linhas, operadas por 20 empresas privadas**, e gerenciado pela Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB)"
- "Quanto aos passageiros, nas mesmas vias, os volumes foram de **45.571 pessoas/hora** de pico na Av. Almirante Barroso, com **87% utilizando ônibus** e afins (ônibus, micro-ônibus e van); de 18.979 pessoas/hora pico na Rodovia BR316, com 76,4% de usuários de ônibus e afins; e de 11.041 pessoas/hora pico na Av. Augusto Montenegro, com 73,7% que usavam ônibus e afins."

| Problemas Encontrados segundo o PLANMOB                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Ações Propostas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• O sistema de transporte por ônibus apresenta elevada defasagem tecnológica de tal forma que se caracteriza por baixa atratividade, com falta de competitividade e sustentabilidade, promovendo, desse modo, migrações para os modos privados e os desregulamentados;</li> <li>• Elevada sobreposição de itinerários nos principais corredores de transporte e noanel viário da área central (formado pelas avenidas Assis de Vasconcelos, Presidente Vargas, Boulevard Castilhos França, Portugal, 16 de Novembro, Alm. Tamandaré e Rua Gama Abreu), apresentando super oferta de lugares nos referidos corredores e anel viário;</li> <li>• Baixa atratividade do sistema de transporte nas áreas periféricas da cidade e insuficiência de ligações interbairros;</li> <li>• Inadequação do modelo de delegação dos serviços de transporte público coletivo, o qual não foi precedido de procedimento licitatório e, atualmente, a forma de delegação acontece por meio de ordens de serviços que se equiparam a autorizações, tendo, portanto, o caráter precário, ou seja, de fragilidade jurídica extrema para o órgão gestor e para os operadores privados;</li> <li>• O modelo de gestão tarifária é obsoleto e precisa ser revisto, prevendo a integração e tipo de remuneração distinto da tarifa única;</li> <li>• Falta de regulação da ocupação e o uso racional do solo, em função da localização de atividades geradoras de impacto na mobilidade;</li> <li>• Problemas Ambientais;</li> <li>• Necessidade urgente de adoção de modelos atualizados para as gestões tarifárias que resultem na fixação de valores justos para as tarifas (nem elevados que prejudiquem os usuários, nem baixos que prejudiquem</li> </ul> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Monitoramento constante dos dados de mobilidade por Big Data através do serviço <i>Strava Metro</i>;</li> <li>2. Inserção de serviços de <b>Micro Transporte</b>, coletivo através de serviços de Itinerários por demanda, que são ônibus que adaptam seu itinerário com o uso de inteligência artificial. Os usuários encaminham através de aplicativos ou terminais os locais onde pretendem embarcar e desembarcar.</li> <li>3. Integração entre os modais bicicleta e ônibus através <i>racks</i> instalados na frente dos ônibus.</li> <li>4. Criação de centros de transferência do transporte privado para o público ao longo da linha troncal do BRT, desestimulando a entrada de veículos privados na zona central da cidade;</li> <li>5. Terminais de Integração nos pontos focais do transporte por ônibus (São Braz, Entroncamento, Mangueirão etc.) De forma, a racionalizar o trânsito de ônibus pela cidade.</li> <li>6. Criação de novo modelo tarifário com uso de bilhete único e intermodal para transporte por ônibus e fluvial, com tarifa variante de acordo com a distância percorrida.</li> <li>7. Sistema de sensores para criação de ondas verdes.</li> </ol> |

a qualidade e a sustentabilidade econômica do sistema).

## Sobre as Ações:

### 1. Serviços de BIG DATA para gestão do Trânsito em Belém:

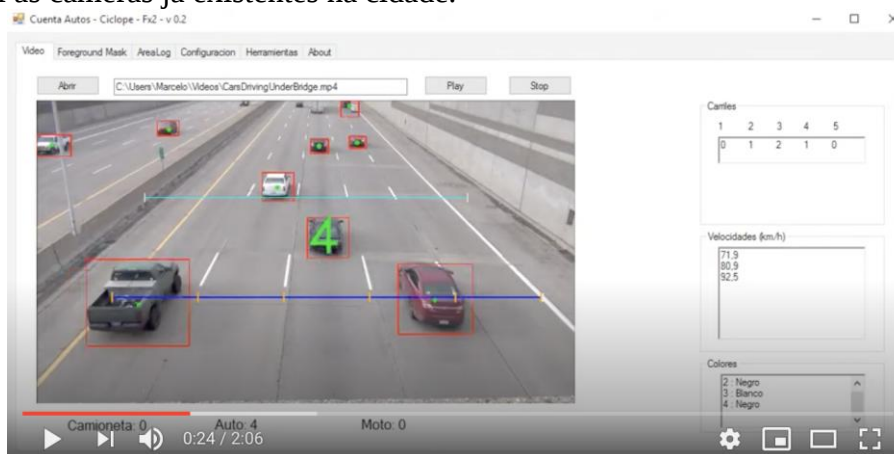
#### A. Strava Metro



Mapa de Calor que mostra camadas por modais de deslocamento de bicicleta, a pé e motorizado.

#### B. Contadores.

Os contadores usam o sistema de vigilância por câmeras do CIOP para contagem de veículos, bicicletas e Pedestres. É uma tecnologia simples e perfeitamente aplicável às câmeras já existentes na cidade.



### 2. Microtransporte: CityBus (Goiânia), Via, Chariot, Bridj, UberBus, Buser (intermunicipais e interestaduais, UBus, Jetty (México), entre outros

O Microtransporte é um modal que pode ser utilizado como intermediário entre o transporte individual e o transporte de massa, de tal forma que se consiga trazer o usuário que busca maior conforto, segurança e serviço personalizado do transporte individual para o transporte coletivo, normalmente vans e micro-ônibus. Funciona como

um “uber do transporte coletivo”, no qual o algoritmo do sistema conecta os motoristas aos passageiros através de geolocalização e cria trajetos onde os passageiros caminham pequenos trechos até os pontos de parada criados pelo *app*. O modal também pode ser utilizado nos deslocamentos intra-bairros, ou como serviço alimentador ao BRT.

### 3. Integração entre ônibus e bicicleta

O atual modelo prevê bicicletários em estações do BRT. Nós propomos uma integração maior, na qual o ciclista possa levar a bicicleta nos ônibus. Os *racks* são uma solução viável para aplicar na renovação da frota, como visualiza-se no exemplo a seguir:



## 2. Modal Barco

### Características extraídas do Plano de Mobilidade Urbana de Belém.

- A concentração de atracadouros na orla de Belém continental ocorre principalmente: na Av. Bernardo Sayão, no bairro da Cidade Velha e ao longo da Av. Arthur Bernardes;
- Icoaraci-Cotijuba é a única linha em operação regular de transporte de passageiros em Belém;
- As demais linhas de transporte de passageiros são intermunicipais, usando portos privados e públicos;
- A maior parte do transporte fluvial usa os portos da Av. Bernardo Sayão para abastecer a cidade de mercadorias.

### Ações Propostas.

- **Linha insular-continental** de conexão intermodal do transporte fluvial. A proposta é recuperar um projeto apresentado pela antiga CTBEL, em 1999, na qual uma linha ligaria a Ilha do Mosqueiro à Universidade Federal do Pará, conectando com portos

intermodais, assim seria possível fazer a integração com ônibus. Os resultados apresentados pelo estudo do projeto mostram além de viabilidade, uma solução para o sobrecarregado sistema de transporte de Belém.

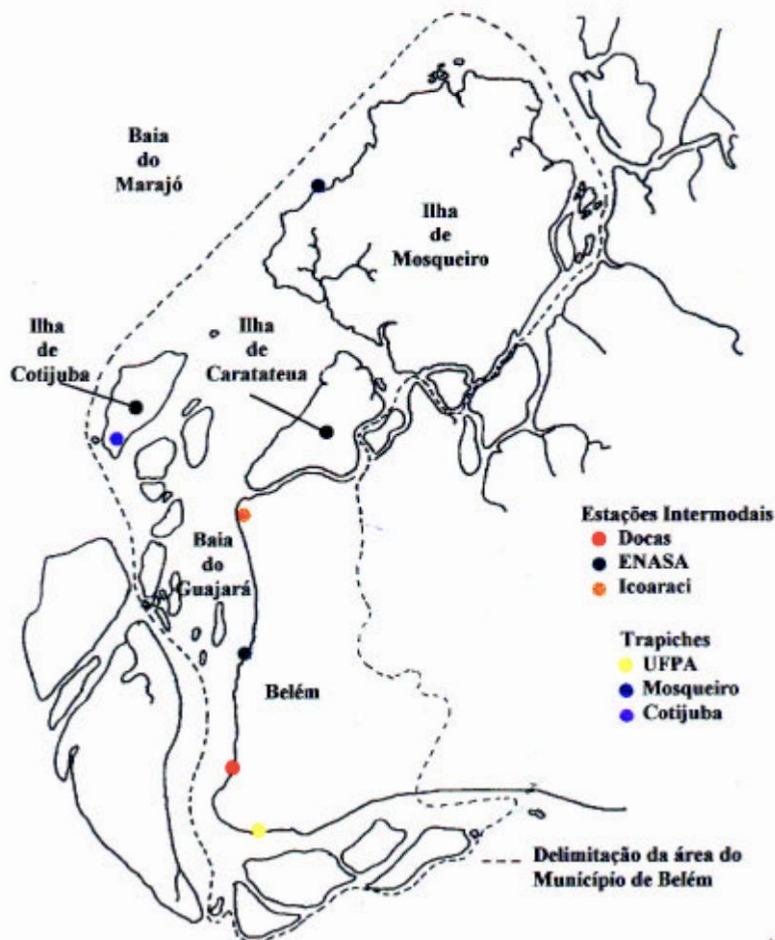


Figura 2 – Mapa dos Trapiches e das Estações Intermodais

#### 4. Modal Ride Share e Carona

**Uber Juntos (UberPool), Waze Carpool, BlaBlaCar, Lyft, Cabify, 99, Bynd, entre outros.**

*Apps de Ride Sharing*, como Uber e 99, já são bem utilizados na nossa cidade, embora possam contribuir para um maior número de carros na via, estes também diminuem o número de veículos ocupando vagas de estacionamento durante o dia, além de proporcionar ao usuário um modal de transporte mais seguro, confortável, pontual e personalizado, podendo até mesmo evitar a aquisição de um novo veículo individual. Os *apps* de carona, apesar de ainda não terem se popularizado, podem ser um aliado importante para reduzir o uso individual do transporte, aumentando o carregamento de cada veículo para o seu máximo. Plataformas como a *Bynd* oferecem soluções para empresas conectarem seus funcionários para oferecer e pegar caronas.

#### Eixo 04 - Escala Metropolitana

A escala metropolitana é a mais complexa a ser trabalhada pela prefeitura, pois envolve áreas administrativas onde Belém não tem gerência. No entanto, dois

problemas são fundamentais para os moradores da cidade: o abastecimento, através do transporte de cargas, e os grandes congestionamentos. Para esses problemas duas soluções são propostas:

- **Terminais de Integração Metropolitanos**

Estes terminais não permitirão que ônibus de outros municípios entrem em Belém, permitindo que os passageiros dos outros municípios acessem o transporte dentro de Belém com uma única passagem. Logicamente, o valor da **tarifa metropolitana** precisa ser diferenciado do transporte dentro do município, uma vez que envolve áreas administrativas e empresas diferentes.

- **HUB Logístico**

Uma necessidade apresentada para recepção e distribuição de mercadorias que vem pela BR 316. A proposta é não permitir a entrada de caminhões de mais de 2 eixo duplo ou triplo na cidade. Na cidade, o transporte passa a ser feito em caminhões de eixo simples, em horários e vias que permitam o fluir do trânsito.

### **Conclusão sobre mobilidade urbana**

As propostas apresentadas, no atual documento, são fruto de estudos acadêmicos e de observações de propostas que funcionam em outras partes do Mundo e se baseiam no Plano de Mobilidade Urbana de Belém.

A situação da Mobilidade Urbana em Belém está próxima a um colapso. Hoje, as empresas de ônibus queixam-se de prejuízos, os usuários queixam-se dos serviços e a cidade padece com horas de congestionamento. Todas as propostas apresentadas têm a intenção de atuarem de forma integrada com outras políticas públicas para solucionar os problemas que os belenenses enfrentam diariamente. Por isso, urge o debate com a sociedade, para que a eficiência proposta não seja apenas um ir e vir, mas uma forma de tornar Belém uma cidade mais digna, humana e que possa restaurar em todo morador seu sentimento de CIDADANIA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este Plano de Governo, Por uma Belém de Cara Nova, é um grande convite à população para que durante a eleição municipal de 2020 possamos realizar um amplo debate sobre a nossa cidade. Destaca-se que não é um plano finalizado, mas uma minuta para a discussão com a sociedade.

Pretende-se, assim, ao longo da eleição, realizar inúmeras reuniões, nas mais diversas áreas setoriais, para escutar a população, agregando contribuições que possam tornar a construção do documento final uma construção coletiva, fruto de um processo verdadeiramente participativo e democrático.

Belém precisa enfrentar inúmeros desafios. Entendemos que a superação de nossas vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais somente podem ser enfrentadas com uma ampla mobilização social, capaz de consolidar um pacto de sustentabilidade sobre a cidade, num verdadeiro projeto de sociedade. E este projeto precisa definir claramente metas ousadas, porém factíveis, responsabilidades e caminhos (instrumentos e ações). Isto pressupõe uma clara estratégia de governança social, alicerçada na transparência, no combate à corrupção, no verdadeiro exercício democrático do controle social e na adoção de uma gestão criativa, inovadora, empreendedora e comprometida com as demandas da população.